
Arco Educação S.A.

31 de dezembro de 2022

Arco Educação S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Arco Educação S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Arco Educação S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 31 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC 2SP015199/O-6

Nathália Araújo Domingues

Nathália Araújo Domingues
Contador CRC – CE020833/O-7

Arco Educação S.A.

Balancos patrimoniais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.224	28.737	202.103	210.848
Aplicações financeiras	6	4.238	276.229	391.785	973.294
Contas a receber de clientes	7	-	-	856.887	593.263
Estoques	8	-	-	254.060	158.582
Despesas Antecipadas		19	4.017	74.891	32.787
Impostos a recuperar	9	2.379	6.902	67.166	38.811
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	-	301
Partes relacionadas	10	137	15.093	7.121	7.369
Dividendos a receber	10	7.374	1.341	-	-
Outras contas a receber		120	-	6.221	32.750
Total do ativo circulante		25.491	332.319	1.860.234	2.048.005
Não circulante					
Impostos diferidos	23	14.898	11.898	337.272	321.227
Impostos a recuperar	9	1.492	898	11.108	22.216
Aplicações financeiras	6	-	4.494	30.861	40.762
Partes relacionadas	10	-	-	-	-
Empréstimos a investidas	10	129.275	11.560	210.989	91.059
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	-	560
Outras contas a receber		-	-	78.032	57.529
Investimentos	11	2.614.642	2.573.758	23.936	24.452
Imobilizado	12	-	-	59.031	73.885
Direito de uso	13	-	-	68.696	35.960
Intangível	14	-	-	3.183.533	3.257.203
Total do ativo não circulante		2.760.307	2.602.608	4.003.458	3.924.853
Total do ativo		2.785.798	2.934.927	5.863.692	5.972.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Arco Educação S.A.

Balancos patrimoniais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		59	3.398	173.078	103.293
Obrigações sociais e trabalhistas	18	2.171	-	89.315	157.601
Impostos e contribuições a recolher		238	381	9.217	7.953
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	28.576	37.775
Adiantamento de clientes		-	-	16.079	35.291
Arrendamento mercantil	13	-	-	34.329	20.122
Empréstimos e financiamentos	15	-	201.990	94.466	222.961
Instrumentos financeiros derivativos passivos	16	-	-	3.693	-
Contas a pagar de aquisição societária	17	-	-	1.060.746	799.553
Dividendos a pagar	10	5.699	5.699	5.700	5.699
Outras contas a pagar		14.826	-	5.646	3.064
Total do passivo circulante		22.993	211.468	1.520.845	1.393.312
Não circulante					
Obrigações sociais e trabalhistas	18	261	-	1.451	661
Arrendamento mercantil	13	-	-	42.576	22.996
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	1.210.619	960.893
Instrumentos financeiros derivativos passivos	16	-	-	4.500	-
Dividendos a pagar	10	-	-	-	5.699
Provisão para contingências	26	-	-	3.174	1.398
Contas a pagar de aquisição societária	17	-	-	330.457	869.233
Outras contas a pagar		13.094	-	621	906
Total do passivo não circulante		13.355	-	1.593.398	1.856.087
Patrimônio líquido					
Capital social	19	2.822.728	2.822.727	2.822.728	2.822.727
Reservas de capital		(43.563)	(38.090)	(43.563)	(38.090)
Prejuízos acumulados		(54.569)	(82.456)	(54.569)	(82.456)
Reserva de remuneração baseado em ações		24.853	21.278	24.853	21.278
Total do patrimônio líquido		2.749.449	2.723.459	2.749.449	2.723.459
Total do passivo e patrimônio líquido		2.785.798	2.934.927	5.863.692	5.972.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Arco Educação S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida	20	-	-	1.775.427	1.232.074
Custo das vendas	21	(2)	(4)	(500.526)	(294.407)
Lucro bruto		(2)	(4)	1.274.901	937.667
Despesas operacionais					
Despesas de vendas	21	(55)	(24)	(664.713)	(496.252)
Despesas gerais e administrativas	21	(24.581)	(10.911)	(315.591)	(315.007)
Equivalência patrimonial	11	33.712	(74.955)	(1.927)	(351)
Outras receitas (despesas), líquidas	21	163	(7)	6.194	2.651
Lucro (prejuízo) operacional		9.237	(85.901)	298.864	128.708
Receitas financeiras	22	16.356	26.228	190.057	78.779
Despesas financeiras	22	(706)	(27.036)	(432.605)	(305.907)
Resultado financeiro	22	15.650	(808)	(242.548)	(227.128)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		24.887	(86.709)	56.316	(98.420)
Imposto de renda e contribuição social	23				
Corrente		-	-	(44.473)	(65.609)
Diferido		3.000	3.863	16.044	81.183
		3.000	3.863	(28.429)	15.574
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		27.887	(82.846)	27.887	(82.846)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Arco Educação S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	27.887	(82.846)	27.887	(82.846)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	27.887	(82.846)	27.887	(82.846)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Arco Educação S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Reserva de remuneração baseado em ações	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.205.708	(39.028)	2.511	1.531	12.014	-	2.182.736
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(82.846)	(82.846)
Aumento de capital (nota 19)	617.020	-	-	-	-	-	617.020
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 19)	-	129	-	-	-	-	129
Custos de transação (nota 19)	-	-	(2.511)	-	-	2.511	-
Reserva legal (nota 19)	-	-	-	(1.531)	-	1.531	-
Efeitos reflexo de investidas	-	-	-	-	9.552	(3.652)	5.900
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	-	-	827	-	827
Transferência de ações	-	809	-	-	(1.115)	-	(306)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.822.728	(38.090)	-	-	21.278	(82.456)	2.723.460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Arco Educação S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Reserva de remuneração baseado em ações	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.822.728	(38.090)	-	-	21.278	(82.456)	2.723.460
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	27.887	27.887
Efeitos reflexo de investidas	-	(5.473)	-	-	3.575	-	(1.899)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.822.728	(43.563)	-	-	24.853	(54.569)	2.749.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Arco Educação S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	24.887	(86.709)	56.316	(98.416)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	-	-	277.167	194.863
Provisão para perda nos estoques	-	-	40.671	26.778
Provisão para perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(2.247)	26.610
Valor residual de ativo imobilizado e ativo intangível baixados	-	-	430	909
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	-	11.528	(861)
Juros na aquisição de investimentos	-	-	184.218	121.611
Rendimento de aplicação financeira não equivalente de caixa	5.408	(21.185)	(19.461)	(25.931)
Equivalência patrimonial	(33.712)	74.955	1.927	351
Mudança de valor justo em aquisição de investimento em etapas	-	-	570	87.821
Provisão para contingências	-	-	1.776	(149)
Plano de remuneração de acionistas	3.575	517	(2.174)	43.360
Juros sobre arrendamento mercantil	-	-	4.423	4.795
Juros provisionados	-	20.678	157.924	41.218
Obrigações previdenciárias plano de remuneração de acionistas	-	-	2.024	235
Valor justo na aquisição de investimentos	-	-	(1.379)	-
Juros ativos	-	-	(22.314)	-
Variação cambial	-	-	(4.141)	1.498
Outros	-	-	(55)	(506)
	158	(11.744)	687.203	424.186
Variação nos ativos e passivos:				
Contas a receber de clientes	-	-	(263.364)	(184.472)
Estoques	-	-	(122.609)	(62.212)
Impostos a recuperar	3.215	(1.048)	(16.736)	(39.199)
Outras contas a receber	(120)	423	(135.918)	(64.313)
Despesas antecipadas	3.998	(4.018)	-	-
Fornecedores	(3.339)	990	69.786	52.915
Obrigações sociais e trabalhistas	2.954	-	6.333	(6.640)
Impostos e contribuições a recolher	(143)	(40)	1.108	(2.567)
Adiantamento de clientes	-	-	(19.212)	11.665
Outras contas a pagar	27.921	-	2.453	(5.899)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	34.644	(15.437)	(478.159)	123.464
Juros pagos de arrendamento mercantil	-	-	(3.991)	(3.294)
Juros pagos de empréstimos	(1.990)	(19.871)	(101.419)	(20.275)
Juros pagos de contas a pagar de aquisição societária	-	-	(72.930)	(13.700)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(53.676)	(72.569)
Pagamento de contraprestação contingente	-	-	(70.687)	(3.837)
Pagamento de Stock Option	-	-	(75.578)	-
Resgate de rendimentos de aplicação financeira	-	-	49.153	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	32.654	(35.308)	(120.084)	9.789
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	-	-	(14.322)	(60.078)
Aquisição de intangível	-	-	(165.191)	(151.139)
Aquisição de investida	-	-	(32)	(15.043)
Aquisição de investimentos em subsidiárias	-	-	-	(897.190)
Aplicações financeiras	271.975	388.520	(975.525)	(265.675)
Aumento de capital em investidas	(19.200)	(986.885)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-
Contas a pagar de aquisição societária	-	-	(1.270)	-
Resgate aplicações financeiras	-	-	1.537.243	-
Transações com partes relacionadas	(102.759)	11.301	(4.811)	(54.503)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	149.832	(587.064)	376.092	(1.443.628)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	1	617.020	-	617.019
Captação de empréstimos e financiamentos	(200.000)	(100.000)	-	60.004
Custos de transação na subscrição de ações	-	129	-	129
Pagamento de arrendamento mercantil	-	-	(21.485)	(15.734)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(1.122.498)	(109.814)
Pagamento de contas a pagar de aquisição societária	-	-	(309.683)	(193.954)
Transações com partes relacionadas	-	(14.598)	-	-
Emissão de debêntures	-	-	1.188.980	891.450
Caixa líquido usando nas (gerado pelas) atividades de financiamento	(199.999)	502.551	(264.686)	1.249.100
Varição cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		-	(66)	(8)
Redução do saldo de caixa e equivalente de caixa	(17.513)	(119.821)	(8.745)	(184.747)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.737	148.558	210.848	395.595
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	11.224	28.737	202.103	210.848
Redução do saldo de caixa e equivalente de caixa	(17.513)	(119.821)	(8.745)	(184.747)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Arco Educação S.A. ("Arco Brasil" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída de acordo com as leis brasileiras e com sede na Rua Augusta, 11º andar, 2840, Consolação, estado de São Paulo.

A Companhia é controlada pela Arco Platform Limited. ("Arco"), sociedade constituída de acordo com as leis das Ilhas Cayman em 12 de abril de 2018 e cujas ações são publicamente negociadas na bolsa de valores de Nova Iorque (National Association of Securities Dealers Automated Quotations – NASDAQ) sob o código "ARCE". OSC Investments Limited é a controladora final da Companhia.

A Companhia é a holding das subsidiárias operacionais, denominadas coletivamente de "Grupo", que fornece material didático do ensino fundamental ao ensino médio. Desde 2015, o Grupo tem investido em tecnologia e sua metodologia evoluiu para uma plataforma de educação capaz de entregar todo o conteúdo curricular K-12 (educação primária e secundária).

O Grupo oferece uma metodologia pedagógica completa usando recursos tecnológicos para fornecer material didático que objetivam melhorar o processo de aprendizado. As atividades do Grupo também são: edição, publicação e venda de material didático para escolas privadas.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pela diretoria em 31 de março de 2023.

1.2 Eventos significantes durante o exercício

(a) Reestruturações internas

Durante o ano, a Companhia, por meio de suas subsidiárias, completou as seguintes incorporações como parte da sua reorganização empresarial:

- Em 1 de Maio de 2022, a incorporação da P2D Educação Ltda. pela Companhia Brasileira de Educação de Sistemas de Ensino S.A.

- Em 1 de Outubro de 2022, a incorporação da Geekie Desenvolvimento de Software S.A. pela Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.

Todas as empresas incorporadas estavam sob controle comum da Companhia e os ativos e passivos incorporados das respectivas empresas foram registrados pelos seus valores contábeis. Não houve efeitos tributários decorrentes da incorporação.

(b) Transações financeiras

Liquidação do empréstimo

A 3 de Janeiro de 2022, a Companhia pagou na totalidade um empréstimo, no montante de R\$ 201.883.

Emissão de Debêntures

Em agosto de 2022, a Companhia emitiu debêntures não convertíveis através da sua subsidiária, Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A. ("CBE"), consistindo em 1.200.000 debêntures com um valor unitário de R\$ 1,00, no valor total de R\$ 1.200.000.

O montante líquido de R\$ 1.188.980 destina-se a pagar as debêntures emitidas pela CBE em agosto de 2021, totalizando atualmente R\$ 1.000.000, para reforçar a posição de caixa da Companhia, e para ampliar o perfil de maturidade da dívida da Companhia.

Ver Nota 15 para mais informações. Estas transações foram contabilizadas como uma extinção da dívida de acordo com a IFRS 9.

(c) Aquisição de investidas

Aquisição adicional de ações da Geekie

De acordo com a norma CPC 39, a Companhia declarou ter adquirido 100% das ações e ter reconhecido um passivo pelo montante relacionado aos juros restantes. Nos termos do acordo de investimento e compra de ações (SPA) para a aquisição da Geekie, em 1 de junho de 2022, a Arco adquiriu as ações emitidas aos beneficiários através do plano de compensação baseado em ações, pagando o montante de R\$ 75.578, correspondente a 12,56% do total das ações, seguindo as condições previamente negociadas no SPA. Na mesma data, a Arco pagou R\$ 223.939 para adquirir a participação não-controladora em circulação de 37,23%. Nessa data, a Companhia detinha 100% das ações da Geekie.

Pagamento da prestação Positivo

Em 1 de Novembro de 2022, a Companhia pagou o montante de R\$ 198.499,00 relativos ao terceira parcela da aquisição Positivo, conforme descrito na Nota 17.c).

Aquisição de ações adicionais da Me Salva!

Em 9 de Dezembro de 2022, a Arco assinou um novo contrato de aquisição para adquirir os 40% de ações em circulação da Me Salva! A negociação diz que, nesta data, todas as restantes ações foram transferidas para a Arco. Nos termos do novo acordo, a Companhia pagará agora o preço de R\$9.504, em 3 parcelas anuais, atualizadas pelo CDI.

A partir de 31 de dezembro de 2022, a Arco passou a deter 100% das ações da Me Salva!

2 Políticas contábeis

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos financeiros, instrumentos financeiros derivativos e contraprestações contingentes de combinações de negócios que tenham sido mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A tabela abaixo é uma lista das controladas, coligadas e investidas do Grupo:

Nome	Atividade	Classificação	Participação	
			2022	2021
Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.	Material didático	Controlada	100,0%	100,0%
Barra Américas Editora Ltda. (a)	Material didático	Controlada	-	-
Distribuidora de Material Didático Desterro Ltda. (a)	Material didático	Controlada	-	-
SAS Sistema de Ensino Ltda. (a)	Material didático	Controlada	-	-
Arco Ventures S.A. (a)	Material didático	Controlada	-	-
SAS Livrarias Ltda. (a)	Material didático	Controlada	-	-
SAE Digital S.A.	Material didático	Controlada	100,0%	100,0%
International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração, Franqueadora S.A.	Material didático	Controlada	51,5%	51,5%
Nave à Vela Ltda. (a)	Material didático	Controlada	-	-
Atech Soluções Tecnológicas S.A.	Tecnologia educacional	Controlada	100,0%	100,0%
NLP Soluções Educacionais Ltda.	Material didático	Controlada	100,0%	100,0%
WPensar S.A.	Tecnologia educacional	Controlada	100,0%	100,0%
Geekie Desenvolvimento de Softwares S.A.	Tecnologia educacional	Controlada	-	57,4%
Studos Software Ltda.	Material didático	Controlada	-	100,0%
Escola da Inteligência Cursos Educacionais Ltda.	Material didático	Controlada	60,0%	60,0%
Me Salva! Cursos e Consultorias S/A.	Material didático	Controlada	100,0%	60,0%
Quadrado Mágico Desenvolvimento e Licenciamento de Software S.A.	Material didático	Controlada	-	100,0%
Desenvoolva – Educação, Treinamento e Consultoria Corporativa Ltda.	Material didático	Controlada	100,0%	100,0%
P2D Educação Ltda.	Material didático	Controlada	-	100,0%
Bewater Ventures I GA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	Fundo de investimento	Investida	10,9%	11,0%
Tera Treinamentos Profissionais Ltda	Material didático	Investida	23,4%	23,4%

(a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a entidade foi incorporada pela Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A., conforme descrito na nota 1.2 (a).

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido. Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

As participações de não controladores nos resultados e no patrimônio líquido das controladas são demonstradas separadamente nas demonstrações consolidadas do resultado (perda) e do resultado abrangente (perda), alterações no patrimônio e na posição financeira, respectivamente.

2.3 Principais políticas contábeis

Esta nota fornece uma descrição das políticas contábeis significativas adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, além de outras políticas que foram divulgadas em outras notas dessas demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas consistentemente a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

a) Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesas administrativas, quando incorridos.

O Grupo determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui uma entrada e um processo substantivo que juntos contribuem significativamente para a capacidade de criar saídas.

O processo de adquirir é considerado substantivo se for crítico para a capacidade de continuar produzindo resultados, e os insumos adquiridos incluem uma força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para realizar esse processo ou contribui significativamente para a capacidade de continuar produzindo resultados e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituído sem custo, esforço ou atraso significativo na capacidade de continuar produzindo produtos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. A contraprestação contingente classificada como um ativo ou passivo que é um instrumento financeiro e no escopo do IFRS 9 Instrumentos Financeiros é mensurada pelo valor justo com as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado de acordo com o IFRS 9. Outros a contraprestação contingente que não está dentro do escopo da IFRS 9 é mensurada pelo valor justo em cada data de relatório com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado pelo custo (sendo o excedente da contraprestação transferida, em relação ao valor reconhecido de participação de não controladores e qualquer participação anterior detida sobre os ativos líquidos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos). Se o valor justo dos ativos líquidos adquiridos for superior à contraprestação agregada transferida, o Grupo reavalia se identificou corretamente todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos e revisa os procedimentos utilizados para mensurar os valores a serem reconhecidos na data de aquisição. Se a reavaliação ainda resultar em um excedente do valor justo dos ativos líquidos adquiridos sobre a contraprestação agregada transferida, então o ganho é reconhecido no resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

A legislação tributária vigente permite a dedutibilidade do ágio da data de aquisição e do justo valor dos ativos líquidos adquiridos quando uma ação não substantiva é tomada após a aquisição pelo Grupo (ou seja, quando acontece a fusão, incorporação ou cisão dos negócios adquiridos) e, portanto, a base tributária e contábil dos ativos líquidos adquiridos são os mesmos da data de aquisição. Nesse sentido, mesmo para os negócios adquiridos em que o Grupo considera que, com certeza, irá incorporar a adquirida com a adquirente ou outra controlada e terá direito à dedutibilidade da amortização ou depreciação dos ativos líquidos adquiridos, nenhum imposto de renda diferido foi registrado nessas demonstrações financeiras na data de aquisição. Até que tal ação ocorra, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data da aquisição e não são reconhecidos efeitos fiscais diferidos.

Certas controladas adquiridas utilizam o regime de lucro presumido para calcular os impostos sobre o lucro, conforme descrito na nota 23.b). No âmbito deste regime, não há diferença entre a quantia escriturada e a base tributária relacionada de ativos e passivos e, por consequência, não foram registrados impostos diferidos nestas demonstrações financeiras na data de aquisição ou em quaisquer períodos subsequentes.

b) Investimento em coligadas e joint ventures

Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Operação em conjunto (ou *joint venture*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às controladas.

Os investimentos do Grupo em sua coligada e na *joint venture* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada ou *joint venture* é reconhecido inicialmente pelo custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da coligada ou da *joint venture* a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada ou *joint venture* é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais da coligada ou *joint venture*. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada ou na *joint venture*, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e a coligada ou *joint venture* são eliminados em proporção à participação na coligada ou *joint venture*.

A soma da participação do Grupo nos resultados de uma coligada ou *joint venture* é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas da coligada ou *joint venture*.

As demonstrações financeiras da coligada ou *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as do Grupo.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua coligada ou *joint venture*. O Grupo determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada ou *joint venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada ou *joint venture* e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”, nas demonstrações dos resultados.

c) Classificação circulante versus não circulante

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação entre circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e

- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

d) Mensuração do valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.

O principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 — preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

- Nível 2 — técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e;
- Nível 3 — técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras a valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Em cada data de divulgação, o Grupo analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis do Grupo. Para fins dessa análise, o Grupo confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

O Grupo também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

Para fins de divulgações do valor justo, o Grupo determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

e) Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de outra entidade.

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o IFRS 15.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias: ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Não há ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

a) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e algumas aplicações financeiras.

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos financeiros derivativos.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e os riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e aos riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Divulgações para premissas significativas – nota 3;
- Contas a receber de clientes – nota 7;

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

O Grupo considera como perda de um ativo financeiro quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 360 dias. A administração considera esse prazo de vencimento adequado considerando o modelo de negócios do Grupo e o histórico de pagamento do cliente, uma vez que os contratos são firmados anualmente e neste período o Grupo pode negociar o pagamento do título reduzindo o risco de crédito. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar um ativo financeiro como inadimplente quando informações internas ou externas indicam que é improvável que o Grupo receba integralmente os valores pendentes de contratos. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos passivos e contas a pagar de aquisição societária.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos).

a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo IFRS 9. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do IFRS 9 forem atendidos.

b) Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

f) Instrumentos financeiros derivativos

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, como opções de compra e venda provenientes das aquisições de controladas, coligadas e *joint ventures*. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas decorrentes de alterações no valor justo dos derivativos são registrados diretamente como resultado financeiro.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial compreendem o caixa em bancos e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e com vencimento original de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um valor insignificante risco de alteração de valor.

Para fins da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa consistem em caixa e aplicações financeiras de curto prazo, por serem considerados parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

h) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos dos estoques baseiam-se no método de custo médio e incluem custos incorridos na compra de estoques, custos de produção editorial e outros custos incorridos em trazê-los para a sua localização e condição atuais. Os custos do estoque adquirido são determinados após deduzir quaisquer descontos e impostos recuperáveis.

As obras didáticas em andamento são consideradas como estoques em andamento e compreende os custos incorridos para criar material didático inacabado. Esse valor é medido com base na alocação de horas incorridas pelos colaboradores da produção editorial na elaboração de material didático.

A provisão para perda de material didático é calculada com base em seu valor esperado líquido realizável. A provisão para obsolescência dos estoques é registrada no custo das vendas. Ao determinar a provisão para perda de material didático, o Grupo considera a avaliação atual do mercado, as tendências do setor e a demanda projetada do produto, em comparação com o número de unidades atualmente em estoque.

i) Imobilizado

Imobilizados são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver.

As despesas subsequentes só serão capitalizadas se for provável que os benefícios econômicos futuros associados às despesas fluam para o Grupo.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%
Móveis e utensílios	10%
Computadores e periféricos	20% a 33%
Instalações	10%
Benfeitorias	10% a 33%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

j) Arrendamentos mercantis

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Grupo como arrendatário

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

Imóveis	1 a 4 anos
Equipamentos	1 a 4 anos

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

k) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

O Grupo capitaliza os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento das plataformas educacionais usadas para entregar conteúdo. Estes custos são substancialmente compostos de serviços relacionados com a tecnologia e despesas de folha de pagamento, esses gastos são registrados como software desenvolvido internamente na rubrica de intangível como plataformas de educação. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas somente se as despesas podem ser mensuradas de forma confiável, o produto ou processo é tecnicamente e comercialmente viável, futuros benefícios econômicos são prováveis e o Grupo pretende e tem recursos suficientes para completar desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Caso contrário, ele é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Os custos associados à manutenção do software desenvolvido internamente são reconhecidos como uma despesa, à medida que incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

l) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Outras divulgações relacionadas a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros estão disponíveis nas notas explicativas abaixo:

- Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – nota 3;
- Imobilizado – nota 12;
- Intangível – nota 14;
- Ágio e ativos intangíveis com vida útil definida – nota 14.

O Grupo revisa anualmente, se há uma indicação de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos. Se alguma indicação existir, ou quando for necessário um teste de perda por redução ao valor recuperável para um ativo, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. A quantia recuperável de um ativo é o mais alto entre o valor justo de um ativo menos custos de descarte e seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa que sejam em grande parte independentes daquelas de outros ativos ou grupos de ativos. Tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados para seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos para o ativo. Na determinação do valor justo menos custos de descarte, as transações de mercado recentes são levadas em conta. Se essas transações não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotados para empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis.

O Grupo baseia seu cálculo de perda por redução ao valor recuperável em orçamentos detalhados, que são preparados separadamente para cada uma das unidades geradoras de caixa aos quais os ativos individuais são alocados. Esses orçamentos geralmente abrangem um período de cinco anos. Uma taxa de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros do projeto após o quinto ano.

As perdas por redução ao valor recuperável das operações em continuidade são reconhecidas na demonstração de resultados em categorias de despesa consistentes com a função do ativo baixado.

Para os ativos, com exceção do ágio, é efetuada uma avaliação ao final de cada exercício para determinar se existe uma indicação de que as perdas ao valor recuperável de ativos anteriormente reconhecidas já não existem ou diminuíram. Se tal indicação existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida somente se houve uma alteração nos pressupostos usados para determinar o valor recuperável do ativo desde que a última perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que a quantia escriturada do ativo não exceda seu valor recuperável, nem exceda a quantia escriturada que teria sido determinada, líquida de depreciação para o ativo em exercícios anteriores. Tal reversão é reconhecida na demonstração de resultados.

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Segmento é o nível mais baixo dentro da empresa em que o ágio é monitorado para fins de gestão interna e, portanto, testes de perda por redução ao valor recuperável de ágio foram realizados em cada nível de segmento. O prejuízo é determinado para o ágio avaliando o valor recuperável de cada segmento ao qual o ágio se relaciona. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida. As perdas por redução ao valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros.

m) Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

n) Distribuição de lucros

O Grupo reconhece a responsabilidade de pagar um dividendo quando a distribuição é autorizada e a distribuição já não está a critério do Grupo. A distribuição é autorizada quando é exigido pagar um dividendo mínimo do lucro para o exercício em conformidade com a legislação societária brasileira e os estatutos do Grupo ou quando aprovado pelos acionistas. Um valor correspondente é reconhecido diretamente no patrimônio líquido.

o) Obrigações sociais e trabalhistas

Obrigações sociais e trabalhistas são despesas quando o referido serviço é fornecido. Uma responsabilidade é reconhecida pelo valor esperado a ser pago se o Grupo tiver uma obrigação legal de pagar esse valor como resultado do serviço passado fornecido pelo empregado e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

p) Plano de remuneração baseado em ações

Certos executivos-chaves do Grupo recebem remuneração na forma de pagamentos baseados em ações, nos quais prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

Transações liquidadas em ações

O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, o Grupo utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado.

Este custo é reconhecido em despesas administrativas em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido, em conta própria para essa reserva, ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou *vesting period*). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (*vesting date*) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa do Grupo sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos.

A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa do Grupo sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. Condições de não aquisição de direito são

refletidas no valor justo da outorga e levam ao lançamento imediato da outorga como despesa, a não ser que também existem condições de serviço e/ou desempenho.

Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completam o seu período de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços. Quando as outorgas incluem uma condição de mercado ou uma condição de não aquisição de direito, as transações são tratadas considerando o direito como adquirido independentemente de a condição de mercado ou a condição de não aquisição de direito ser satisfeitas, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviços sejam satisfeitas.

Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado.

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

q) Reconhecimento da receita

Receita da venda de material didático

O Grupo vende conteúdo educacional para escolas particulares, que são entregues através de formatos impressos e digitais para escolas particulares. A receita de contratos com clientes é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito pela troca dos bens e serviços, ou seja, no momento, ele entrega o conteúdo para escolas particulares em formato impresso e digital quando o Grupo cumpre sua obrigação de desempenho, e a receita desses contratos é reconhecida em um determinado momento. A receita é impulsionada pelo número de alunos matriculados em cada escola e é baseada em um valor negociado com cada contrato por meio das condições contidas nos termos de venda.

A tecnologia é fornecida exclusivamente para apoiar o melhor uso de seu conteúdo. O conteúdo do material impresso e o digital são os mesmos.

O conteúdo digital, incluindo seus recursos, é fornecido com o objetivo de suportar o conteúdo impresso e inclui vídeo-aulas, trabalhos de casa on-line e avaliações que não são personalizadas e não têm valor independente se usadas separadamente ou fora do contexto principal. O conteúdo digital e os recursos relacionados são uma evolução de uma metodologia totalmente impressa para uma abordagem mais ampla, e continuarão a evoluir e mudar nos próximos exercícios, mas ainda estão profundamente relacionados com o conteúdo impresso.

O Grupo gera substancialmente todas as suas receitas a partir de contratos que têm um prazo médio de um a três anos, em conformidade com a qual a fornece material didático em formato impresso e digital para escolas privadas. A receita é impulsionada pelo número de alunos matriculados em cada cliente, utilizando as soluções e o preço acordado por aluno por ano, todos de acordo com os termos e condições estabelecidos em cada contrato. Cada contrato contempla multas que variam entre 20% a 100% do valor total remanescente do contrato, em caso de rescisão.

No entanto, o material já entregue às escolas privadas não é devolvido, a menos que as condições de retorno no parágrafo seguinte sejam atendidas.

De acordo com os termos dos contratos com as escolas, eles são obrigados, até o final de novembro de cada ano, a fornecer ao Grupo uma estimativa do número de alunos matriculados que terão acesso ao conteúdo no próximo ano letivo (que tipicamente começa em fevereiro do ano seguinte), permitindo que o Grupo inicie a entrega do seu material didático. Uma vez que os contratos com as escolas permitem o retorno do produto ou aumento do número de alunos matriculados até um certo limite, o Grupo reconhece a receita para o montante que se espera que seja recebida com base na experiência passada, supondo que as outras condições para o reconhecimento de receitas são atendidas. Um ativo de direito de devolução (e ajuste correspondente ao custo de vendas) também é reconhecido pelo direito de recuperação dos bens junto ao cliente.

O ativo é mensurado pelo valor contábil anterior do estoque, deduzido de quaisquer custos esperados para recuperar os bens e de qualquer potencial redução no valor. O Grupo atualiza a mensuração do ativo para quaisquer revisões no nível esperado de retorno e quaisquer reduções adicionais no valor dos produtos devolvidos.

A receita de assinatura é impulsionada pelo número de alunos matriculados em cada cliente e é baseada em um valor negociado com cada assinante através das condições contidas nos termos de uso.

Receita financeira

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Custo para obter um contrato

O Grupo incorre em custos para obter cada contrato de venda e reconhece como um ativo os custos incrementais de obtenção de um contrato com um cliente se a entidade espera recuperar esses custos. Os custos incrementais de obtenção de um contrato são aqueles custos em que uma entidade incorre para obter um contrato com um cliente em que não teria incorrido se o contrato não tivesse sido obtido.

r) Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

Os ativos e passivos do imposto de renda corrente são mensurados no montante previsto para ser recuperado ou pago às autoridades fiscais. As taxas de imposto e as leis fiscais usadas para calcular o montante são aquelas que são promulgadas ou substancialmente promulgadas na data das demonstrações financeiras.

A Administração avalia periodicamente as posições tomadas nas declarações fiscais relativamente às situações em que as regulamentações fiscais aplicáveis estão sujeitas a interpretação e estabelece disposições, quando aplicável.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos passivos são contabilizados para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo é originado do reconhecimento inicial de ágio ou de ativos e passivos de uma transação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).
- Em relação às diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e investimentos em *joint venture*, quando o tempo de reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não reverterão no futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, os créditos fiscais não utilizados e quaisquer perdas fiscais não utilizadas. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias ou prejuízos fiscais e bases negativas possam ser usadas. Exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível surge do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, no momento da transação, não afeta nem o lucro contábil, nem lucro ou prejuízo tributável;
- Relacionado às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e investimentos em *joint venture*, os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que é provável que as diferenças temporárias revertam no futuro previsível e o lucro tributável estará disponível para as diferenças temporárias poderem ser utilizadas.

A quantia escriturada de ativos fiscais diferidos é revista ao final de cada exercício e reduzida na medida em que não é mais provável que o lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo possa ser utilizado. Os ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados ao final de cada exercício e são reconhecidos na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros permitirão que o imposto diferido ativo seja recuperado.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são medidos nas taxas de imposto que se espera que se apliquem no exercício em que o ativo é realizado ou a responsabilidade é liquidada, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido promulgadas ou comprovadas substantivamente na data do relatório.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são utilizados quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

2.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Novas normas, interpretações e emendas adotadas pela Companhia

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e modificações, que são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 (salvo indicação em contrário). A Companhia não adotou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja em vigor.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que o Grupo não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

O Grupo aplicou as alterações aos contratos para os quais não cumpriu todas as suas obrigações no início do período de reporte.

Antes da aplicação das alterações, o Grupo não havia identificado nenhum contrato como oneroso, pois os custos inevitáveis nos contratos, que eram os custos de cumpri-los, compreendiam apenas custos incrementais diretamente relacionados aos contratos. Como resultado das alterações, alguns outros custos diretamente relacionados foram incluídos pelo Grupo na determinação dos custos de cumprimento dos contratos.

De acordo com as disposições transitórias, o Grupo aplica as alterações aos contratos para os quais ainda não cumpriu todas as suas obrigações, no início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial) e não reapresentou suas informações comparativas.

Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma

entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

Referências à Estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez

A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo por não ser um adoptante pela primeira vez.

IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original.

Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo

as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

De acordo com as disposições transitórias, o Grupo aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros do Grupo durante o período.

IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola)

A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato.

Normas emitidas, que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não em vigor, até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo estão divulgadas abaixo. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor. O Grupo está avaliando o impacto que as mudanças nas normas terão na prática atual, mas não espera que ocorra um impacto significativo ou qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Alterações à IAS 1: Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante
- Divulgação de Políticas Contábeis (Emendas no IAS 1 e Declaração de Práticas IFRS 2)
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações no IAS 8)
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações no IAS 12)

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações.

Estimativas e julgamentos contábeis são continuamente reavaliados e são baseados em experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Outras divulgações relativas à exposição a riscos e incertezas incluem:

- Gestão de capital – nota 25;
- Gestão de risco e de políticas instrumentos financeiros – notas 24 e 25;
- Análise de sensibilidade – nota 25.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. O Grupo baseou suas estimativas e premissas sobre os parâmetros disponíveis

quando as demonstrações financeiras foram preparadas. As circunstâncias e pressupostos existentes sobre os desenvolvimentos futuros, no entanto, podem mudar devido a mudanças de mercado ou circunstâncias que surgem e que estão além do controle do Grupo. Tais alterações são refletidas nos pressupostos quando ocorrem. As principais estimativas são:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota 14.

Provisão para perda de estoque

O Grupo reconhece uma provisão para alienação de estoque considerando materiais de coleções anteriores não comercializados e um modelo prospectivo para estimar a previsão de obsolescência de produtos de coleções atuais. O modelo aplicado considera os dados históricos de não realização dos produtos para obter os percentuais de perda esperados. Quaisquer mudanças significativas entre as perdas observadas em comparação com o padrão de perda histórico impactam os percentuais de perda esperados estimados pelo Grupo. Vide nota 8 para mais informações.

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato

O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pelo Grupo. O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito do Grupo e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato do Grupo estão divulgadas na nota 7.

Pagamento baseado em ações

A estimativa do valor justo para transações de pagamento com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado, que depende dos termos e condições da concessão. Essa estimativa também requer a determinação dos dados mais apropriados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção de ação ou direito de valorização, volatilidade e rendimento de dividendos e fazendo suposições sobre eles. Para a mensuração do valor justo das transações liquidadas com ações, o Grupo utiliza o modelo Black & Scholes. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo das transações com pagamento baseado em ações estão divulgados na nota 18.

Impostos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para diferenças temporárias e todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

O Grupo apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 79.296 no consolidado. Estes prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do Grupo, ver nota 23.

Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nestes modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que estes inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a estes fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A nota 24 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido.

A contraprestação contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios. Quando a contraprestação contingente atende à definição de passivo financeiro, é subsequentemente reavaliada ao valor justo a cada data de reporte. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. Ver notas 6 e 24 para mais detalhes.

Qualquer contraprestação contingente é classificada como instrumentos financeiros a partir da aquisição de participação, vide nota 16.

4 Combinações de negócios e aquisição de participações de não controladores

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de cada aquisição é apresentado a seguir:

	Valor justo na data da aquisição			
	2021			
	Me Salva!	Eduqo	Edupass	P2D
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	10.562	1.112	362	24.136
Contas a receber de clientes	2.010	300	23	17.786
Estoques	80	-	-	23.348
Impostos a recuperar	7	50	-	1.175

Impostos diferidos	-	-	-	3.137
Adiantamento a funcionários	-	-	-	109
Outras ativos	160	4	102	2.622
Imobilizado	145	74	-	319
Direito de uso	112	270	-	-
Intangível	12.022	9.097	3.702	168.187
	25.098	10.907	4.189	240.819
Passivos				
Fornecedores	614	77	56	8.738
Obrigações sociais e trabalhistas	296	232	42	5.205
Impostos e contribuições a recolher	211	657	519	65
Arrendamento mercantil	112	270	-	-
Empréstimos e financiamentos	91	119	-	-
Adiantamento de clients	322	-	22	202
Outros passivos	2.262	4	-	6.113
	3.909	1.359	639	20.323
Total dos ativos líquidos identificáveis a valor justo líquidos	21.189	9.548	3.550	220.496
Ágio na aquisição	28.326	22.422	11.679	560.075
Total da contraprestação	49.515	31.970	15.229	780.571
Valor pago	15.779	15.097	2.000	788.985
Aumento de capital	10.000	-	-	-
Valores a pagar (contratos futuros)	22.196	16.076	13.229	-
Pagamentos retidos	1.324	-	-	-
Ajuste de preço	217	797	-	(8.414)
Análise do fluxo de caixa na aquisição:				
Custos de transação (incluído no fluxo de caixa das atividades operacionais)	(486)	(390)	(191)	(13.629)
Caixa pago e capital subscrito, líquido de caixa adquirido com da controlada (incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento)	(15.433)	(13.985)	(1.638)	(764.849)

A alocação do preço de compra está sujeita a alterações durante o período de conclusão da determinação do valor justo dos ativos intangíveis de acordo com o prazo definido pelo CPC.

(a) Me Salva! Cursos e Consultorias S/A (“Me Salva!”)

Em 10 de março de 2021, a Companhia adquiriu o controle da Me Salva!, adquirindo 60,0% das ações em circulação na data da aquisição.

A contraprestação de compra transferida foi de R\$ 49.515, composta por:

Para aquisição de 60%: (i) R\$ 15.779 referente à contraprestação em dinheiro paga na data da aquisição; (ii) R\$ 10.000 de aporte de capital integralizado na data da aquisição; (iii) R\$ 1.324 retidos pelo prazo de 5 anos por eventuais descumprimentos das garantias prestadas no contrato de compra e venda, que serão liberadas em 5 parcelas anuais; e (iv) R\$ 216 apurados como “ajuste de preço de aquisição”.

Para aquisição dos 40% restantes: (i) R\$ 22.196, representando o valor presente do valor que será pago em março de 2025. Como o preço não é fixo, a Companhia considera o pagamento como contraprestação contingente e o passivo financeiro é mensurado ao VJR e nenhuma participação minoritária foi reconhecida.

A Companhia não reconheceu impostos diferidos relacionados à combinação de negócios porque a base fiscal e a base contábil, incluindo os ajustes de valor justo, eram as mesmas na data da combinação de negócios.

Ágio

O ágio registrado na aquisição foi de R\$ 28.326 e espera-se ser dedutível para fins fiscais após o Grupo incorporar a adquirida. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado ao segmento operacional suplementar.

O ágio adquirido é atribuído principalmente às sinergias esperadas e outros benefícios da combinação dos ativos e atividades da Me Salva! com os do Grupo. O ágio pago é baseado no Plano de Negócios preparado para os propósitos da aquisição, e as principais premissas de negócios utilizadas foram consideradas pela administração conforme apropriado.

Custos de transação

Os custos de transação de R\$ 486 foram contabilizados como despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2021.

(b) Quadrado Mágico Desenvolvimento e Licenciamento de Software S.A. (“Eduqo”)

Em 1º de julho de 2021, a Companhia adquiriu o controle da Eduqo, adquirindo 100% das ações na data da aquisição.

A Eduqo presta serviços educacionais, atuando especificamente no segmento de Sistema de Gestão de Aprendizagem (SGA).

A contraprestação de compra transferida foi de R\$ 31.970, composta por: (i) R\$ 15.097 contraprestação em dinheiro paga na data da aquisição; (ii) R\$ 16.076 representando o valor presente do preço fixo que será pago em duas parcelas em cada data de aniversário da operação, e (iii) de R\$ 797 apurado como ajuste do preço da aquisição. Vide nota 17 para mais informações.

A Companhia não reconheceu impostos diferidos relacionados à combinação de negócios porque a base fiscal e a base contábil, incluindo os ajustes de valor justo, eram as mesmas na data da combinação de negócios.

Ágio

O ágio registrado na aquisição foi de R\$ 22.422 e espera-se ser dedutível para fins fiscais após o Grupo incorporar a adquirida. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado ao segmento operacional suplementar.

O ágio adquirido é atribuído principalmente às sinergias esperadas e outros benefícios da combinação dos ativos e atividades da Me Salva! com os do Grupo. O ágio pago é baseado no Plano de Negócios preparado para os propósitos da aquisição, e as principais premissas de negócios utilizadas foram consideradas pela administração conforme apropriado.

Custos de transação

Os custos de transação de R\$ 390 foram contabilizados como despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2022.

(c) Desenvolva – Educação, Treinamento e Consultoria Corporativa Ltda. (“Edupass”)

Em 3 de setembro de 2021, a Companhia adquiriu o controle da Edupass, através da aquisição de 100% das ações em circulação na data de aquisição.

A contraprestação da compra foi de R\$ 15.229, composta por: (i) R\$ 2.000 em dinheiro considerando o que foi pago na data da aquisição; (ii) 1.975, referente ao financiamento do vendedor, representando o valor presente fixo que será pago em duas parcelas a cada aniversário da data da operação; e (iii) um adicional de ear-out de R\$ 11.254, representando o valor justo do saldo a pagar em 2024. Por R\$ 11.254 não ser um valor fixo, mas estar sujeito a uma fórmula, a

Companhia considera o pagamento como uma contraprestação contingente e o passivo é mensurado pelo FVLP.

A Companhia não reconheceu os impostos diferidos relacionados à combinação de negócios pois a base fiscal e a base contábil, incluindo os ajustes a valor justo, eram os mesmos na data da combinação de negócios.

Ágio

O Ágio registrado na aquisição foi de R\$ 11.679 e é esperado a dedutibilidade para fins fiscais após a incorporação da Companhia adquirida. Para fins de teste de impairment, o ágio foi classificado no segmento de supplemental.

O ágio é principalmente atribuído as expectativas de sinergia e outros benefícios pela combinação de ativos e atividades da Edupass com as da Companhia. O pagamento do ágio será baseado no plano de negócios elaborados para a aquisição, e a principal premissa de negócio foi considerada pela administração como adequadas.

Custos de transação

Os custos de transação de R\$ 191 foram contabilizados como despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2022.

(d) P2D Educação Ltda. (“P2D”)

Em 6 de março de 2021, a Companhia anunciou que celebrou o acordo definitivo para a aquisição da COC e Dom Bosco, dois importantes sistemas de ensino de K-12 no Brasil.

Em 1º de outubro de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de 100% do capital social da P2D.

A contraprestação de compra foi de R\$ R\$ 780.571, composto por: (i) R\$ 788.985 em dinheiro considerando o que foi pago na data da aquisição; e (ii) R\$ 8.414 do reajuste de preço calculado após a aquisição, a ser pago para a Pearson, reduzindo o preço da aquisição. O reajuste de preço está sob discussão entre ambas as partes e o pagamento provavelmente ocorrerá no primeiro semestre de 2022.

A transação estava sujeita às habituais condições de fechamento, incluindo antitruste e outras aprovações regulatórias. Após a prévia aprovação antitruste pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, ocorrida em 30 de setembro de 2021, a Companhia finalizou a aquisição da P2D em 1º de outubro de 2021, tornando-se uma subsidiária da Companhia.

A Companhia não reconheceu os impostos diferidos relacionados à combinação de negócios pois a base fiscal e a base contábil, incluindo os ajustes a valor justo, eram os mesmos na data da combinação de negócios.

Ágio

O Ágio registrado na aquisição foi de R\$ 560.075 e é esperado a dedutibilidade para fins fiscais após a incorporação da Companhia adquirida. Para fins de teste de impairment, o ágio foi classificado no segmento de supplemental.

O ágio é principalmente atribuído as expectativas de sinergia e outros benefícios pela combinação de ativos e atividades da P2D com as da Companhia. O pagamento do ágio será baseado no plano de negócios elaborados para a aquisição, e a principal premissa de negócio foi considerada pela administração como adequadas.

Custos de transação

Os custos de transação de R\$ 13.629 foram contabilizados como despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2021.

(e) WPensar S.A. (“WPensar”)

WPensar é uma empresa que atua no desenvolvimento e licenciamento de software, relacionados a Sistemas de gestão escolar.

A Companhia comprou, primeiramente, uma participação na entidade de 25% em abril de 2015 por R\$ 5.000 desses R\$ 4.777 foi referente a um aporte de capital e R\$ 223 para o reconhecimento inicial de compra e venda assimétrica de opções. De acordo com o contrato de investimento e compra de ações para a aquisição da WPensar, a Companhia adquiriu os 75% restantes em 21 de setembro de 2021.

A contraprestação da compra transferida foi de R\$ 23.908, desses sendo R\$ 14.345 pago na data de aquisição, R\$ 3.586 retidos até 30 de setembro de 2021 como garantia para quaisquer perdas e R\$ 5.977 referentes ao valor justo da participação anteriormente detida. Na data da aquisição, o valor contábil do investimento anterior retido era de R\$ 2.729, o que resultou um ganho na etapa de aquisição de R\$ 3.248. O saldo será liberado em uma parcela única, atualizada pelo Certificado de Depósitos Interbancários (CDI). Na data de vencimento, se não houverem prejuízos, o saldo será pago para os acionistas.

A Companhia não reconheceu os impostos diferidos relacionados à combinação de negócios pois a base fiscal e a base contábil, incluindo os ajustes a valor justo, eram os mesmos na data da combinação de negócios.

Ágio

O Ágio registrado na aquisição foi de R\$ 18.994 e é esperado a dedutibilidade para fins fiscais após a incorporação da Companhia adquirida. Para fins de teste de impairment, o ágio foi classificado no segmento de suplemental.

O ágio é principalmente atribuído as expectativas de sinergia e outros benefícios pela combinação de ativos e atividades da WPensar com as da Companhia. O pagamento do ágio será baseado no plano de negócios elaborados para a aquisição, e a principal premissa de negócio foi considerada pela administração como adequadas.

Custos de transação

Os custos de transação de R\$ 115 foram contabilizados como despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2021.

(f) Studos Software Ltda. (“Studos”)

Em 21 de setembro de 2020, a Companhia adquiriu o controle da Studos através aquisição de 100% das ações ordinárias e em circulação e participações com direito a voto.

A Studos é uma Plataforma que contribui pro enriquecimento do aprendizado dos alunos e otimização do tempo dos professores, além de proporcionar uma gestão simplificada para os coordenadores.

A contraprestação de compra transferida foi de R\$ 19.533. O montante de R\$ 8.298 foi pago na data da aquisição e R\$ 11.235 está retido pelo prazo de 2 anos e está condicionado a performance da entidade. O montante será liberado em duas parcelas anuais.

A Companhia não reconheceu os impostos diferidos relacionados à combinação de negócios pois a base fiscal e a base contábil, incluindo os ajustes a valor justo, eram os mesmos na data da combinação de negócios.

Ágio

O Ágio registrado na aquisição foi de R\$ 13.371 e é esperado a dedutibilidade para fins fiscais após a incorporação da Companhia adquirida. Para fins de teste de impairment, o ágio foi classificado no segmento de suplemental.

O ágio é principalmente atribuído as expectativas de sinergia e outros benefícios pela combinação de ativos e atividades da Studos com as da Companhia. O pagamento do ágio será baseado no plano de negócios elaborados para a aquisição, e a principal premissa de negócio foi considerada pela administração como adequadas.

Custos de transação

Os custos de transação de R\$ 275 foram contabilizados como despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2022.

(g) Geekie Desenvolvimento de Softwares S.A. (“Geekie”)

A Geekie Desenvolvimento de Software S.A. é uma empresa que fornece tecnologia para a avaliação adaptativa e produtos de aprendizagem e se dedica à produção, ao desenvolvimento e ao licenciamento de software adaptado para as necessidades específicas dos clientes do setor educacional.

Em dezembro de 2016, a Companhia adquiriu 6,54% de participação na Geekie, com base no acordo assinado pelos acionistas da Geekie, a Companhia exerceu influência significativa sobre o investimento, pois a Companhia: (i) tinha representação no conselho de administração; (ii) participou da tomada de decisões estratégicas em todos os assuntos relevantes; (iii) aprovou todos os produtos lançados pela Geekie; e (iv) forneceu informações técnicas essenciais (os produtos da Geekie são baseados no conteúdo educacional da empresa). Nessa data, a Companhia celebrou um contrato do qual detinha a opção de compra e os vendedores detinham a opção de venda sobre as ações remanescentes. O preço seria determinado pelo maior múltiplo do EBITDA da Companhia em 2021 multiplicado pelo EBITDA da Geekie, incluindo qualquer caixa ou dívida; ou 10 vezes o EBITDA da Geekie em 2021, menos a dívida líquida. A opção de venda poderia ser exercida entre o período iniciado em 1º de maio de 2022, e até 31 de maio de 2022. As opções de compra e venda foram registradas pelo valor justo, calculado pelo método de múltiplos cenários – Monte Carlo. Qualquer ajuste ao valor justo foi reconhecido como receita (despesa) financeira na demonstração do resultado.

O valor para a aquisição de 6.54% da participação foi de R\$ 8.000 pago em janeiro de 2017, sendo R\$ 4.000 como aporte de capital e o restante de R\$ 4.000 pago aos acionistas.

A Companhia acordou com os acionistas que se em junho de 2018 o caixa e equivalentes da Geekie fossem menores do que R\$ 5.000, a Companhia teria de subscrever capital no total de R\$ 2.000.

Em 2 de julho de 2018, a assembleia geral extraordinária autorizou a aquisição de uma participação adicional de 1,51% do capital social da Geekie, que aumentou a participação de 6,54% para 8,05% pelo aumento de capital de R\$ 2.000. Esse aumento de capital foi totalmente integralizado em 3 de julho de 2018. O investimento adicional não alterou a influência da Companhia na Geekie e teve como objetivo atender às necessidades de capital de giro da Geekie.

Em 20 de setembro de 2019, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 0,96% no capital social da Geekie por meio de um aumento de capital de R\$ 1.218 aumentando sua participação total para 9,01%. Em 14 de outubro de 2019, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 1,92% no capital social da Geekie por meio de um aumento de capital de R\$ 2.500, aumentando sua participação total para 10,92%. Além disso, em 25 de outubro de 2019, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 18,44% no capital social da Geekie de um acionista minoritário por R\$ 21.892, aumentando sua participação total para 29,36%. Em 15 de novembro de 2019, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 1,17% no capital social da Geekie por meio de um aumento de capital de R\$ 2.000, aumentando sua participação total para 30,53%. Em dezembro de 2019, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 7,00% no capital social da Geekie através de um aumento de capital de R\$ 4.282 e a compra de acionistas minoritários por R\$ 5.761 aumentando sua participação total para 37,53% em 31 de dezembro de 2019. Em 4 de março de 2020, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 10,51% no capital social da Geekie por meio da compra de ações de acionistas minoritários no valor de R\$ 12.676, aumentando sua participação total para 48,04%. Em 06 de julho de 2020, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 4,62% no capital social da Geekie de acionistas minoritários por R\$ 5.782, aumentando sua participação total para 52,67%. Não obstante essas aquisições, naquela data, com base no acordo de acionistas, a Companhia ainda não adquiriu o controle da Geekie. Em 21 de setembro de 2020, a Companhia adquiriu uma participação de 1,76% no capital social da Geekie por meio de um aumento de capital de R\$ 4.500, aumentando sua participação total para 54,43%. Em 11 de novembro de 2020, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 1,64% no capital social da Geekie por meio de um aumento de capital de R\$ 4.500, aumentando sua participação total para 56,06%. Apesar dessas aquisições, naquela data, com base no acordo de acionistas, a Companhia ainda não adquiriu o controle da Geekie. Em 21 de setembro de 2020, a Companhia adquiriu uma participação de 1,76% no capital social da Geekie por meio de um aumento de capital de R\$ 4.500, aumentando sua participação total para 54,43%. Em 11 de novembro de 2020, a Arco adquiriu uma participação adicional de 1,64% no capital social da Geekie por meio de um aumento de capital de R\$ 4.500, aumentando sua participação total para 56,06%.

Adicionalmente, em 27 de novembro de 2020, a Companhia assinou um novo acordo de acionistas e com base nos novos termos definidos, nessa data a Companhia adquiriu o controle da Geekie. Com a mudança na composição do Conselho de Administração a Companhia passa a ter poder de decisão sobre as operações da Geekie. As demonstrações financeiras da Geekie foram consolidadas a partir da data em que a Companhia adquiriu o controle e a aquisição foi contabilizada como uma combinação de negócios.

Em 20 de janeiro de 2021, a Companhia adquiriu um adicional de 1,36% da Geekie por um aumento de capital de R\$ 4.000, aumentando sua participação para 57,42%.

Os acionistas celebraram o firme compromisso de que os 42,58% da participação remanescente dos acionistas não controladores serão exercidos até janeiro de 2023, por conta dos termos que não são canceláveis.

Os termos de firme compromisso foram avaliados para determinar se expõem ou não a Companhia aos riscos e recompensas associados à propriedade real de tais ações durante o período do contrato de firme compromisso.

A Companhia contabilizou o firme compromisso pelo método de aquisição antecipada, sendo que a participação não controladora sujeita a ele é considerada adquirida na data da aquisição do controle. Dessa forma, ao obter o controle, a Companhia também consolidou sua participação detida legalmente pelo acionista não controlador e reconheceu um passivo financeiro que será eventualmente liquidado quando a opção de firme compromisso não cancelável for executada.

O valor estimado de pagamento do acionista não controlador registrado a valor presente no no exercício do firme compromisso e descontado a valor presente utilizando uma taxa de juros estimada de 13,15%. Quaisquer dividendos a pagar ao acionista não controlador serão registrados como despesa de juros.

A contraprestação de compra transferida totalizou R\$ 187.979, composta por: (i) contraprestação em dinheiro no valor de R\$ 4.500 mediante aporte de capital pago no mesmo mês da aquisição; (ii) R\$ 115.222 referente ao termo do contrato e; (iii) R\$ 68.257 referente ao valor justo de participação anteriormente detida em uma etapa da aquisição.

Na data da aquisição, o valor contábil do investimento anteriormente detido era de R\$ 71.812, resultando uma perda na etapa de aquisição de R\$ 3.555. O valor de exercício é variável e condicionado ao desempenho da entidade e é baseado em múltiplos do valor contábil do ACV 2022 e receita vide descrito na Nota 17.i).

Ágio

O Ágio registrado na aquisição foi de R\$ 158.152 e é esperado a dedutibilidade para fins fiscais após a incorporação da Companhia adquirida. Para fins de teste de impairment, o ágio foi classificado no segmento de Supplemental.

O ágio é principalmente atribuído as expectativas de sinergia e outros benefícios pela combinação de ativos e atividades da Geekie com as da Companhia. O pagamento do ágio será baseado no plano de negócios elaborados para a aquisição, e a principal premissa de negócio foi considerada pela administração como adequadas.

Custos de transação

Os custos de transação de R\$ 762 foram contabilizados como despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2022.

(h) Escola da Inteligência Cursos Educacionais Ltda. (“EI” or “Escola da Inteligência”)

Em 28 de agosto de 2020, a Companhia anunciou que celebrou o acordo definitivo para adquirir a Escola da Inteligência, que é uma solução líder em aprendizagem socioemocional (SEL) no Brasil.

Essa transação amplia a presença de mercado de supplemental da Companhia ao adicionar uma marca forte ao seu portfólio. A Companhia acredita que há uma tendência de mercado favorável para a SEL, impulsionada pela pandemia da COVID-19, e que a EI está bem posicionada para capturar essa demanda fora e dentro da base escolar da Companhia.

A aquisição envolve apenas os negócios privados da Escola da Inteligência e nos termos da transação, a Companhia irá adquirir 100% das ações da EI por R\$ 496.034, dos quais R\$ 200.000 foram pagos no fechamento, o valor de R\$ 88.000 foi pago no segundo trimestre de 2021,

concluindo a primeira fase da aquisição e correspondendo a 60% das ações da EI. Os 40% remanescentes das ações da EI estão estimados em R\$ 208.150, sujeitos a ajustes relativos aos múltiplos do valor contábil do ACV 2023 e mais a geração de caixa multiplicada por 40%. O valor será pago no segundo trimestre de 2023.

O valor de R\$ 4.620 foi apurado como “preço ajustado de aquisição”, que foi calculado com base na diferença entre a dívida líquida menos o capital de giro e foi pago aos acionistas em 30 de abril de 2021.

A transação estava sujeita às condições habituais de fechamento, incluindo antitruste e outras aprovações regulatórias. Após a prévia aprovação antitruste do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, ocorrida em 13 de novembro de 2020, a Companhia encerrou a aquisição da EI em 2 de dezembro de 2020, tornando-se uma subsidiária da Companhia.

Ágio

O Ágio registrado na aquisição foi de R\$ 219.715 e é esperado a dedutibilidade para fins fiscais após a incorporação da Companhia adquirida. Para fins de teste de impairment, o ágio foi classificado no segmento de suplemental.

O ágio é principalmente atribuído as expectativas de sinergia e outros benefícios pela combinação de ativos e atividades da Escola da Inteligência com as da Companhia. O pagamento do ágio será baseado no plano de negócios elaborados para a aquisição, e a principal premissa de negócio foi considerada pela administração como adequadas.

Custos de transação

Os custos de transação de R\$ 6.510 foram contabilizados como despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2021.

(i) Mensuração do valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos intangíveis identificados separadamente adquiridos foram as seguintes:

Entidade	Ativo intangível adquirido	Técnica de avaliação
Me Salva! Eduqo Edupass P2D WPensar Studos Escola da Inteligência	Carteira clientes	Multi-period excess earning O método considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos que devem ser gerados pela carteira de clientes adquirida, excluindo os fluxos de caixa relacionados a ativos contributivos.
Me Salva! Eduqo Edupass P2D WPensar Studos Escola da Inteligência	Acordo de não competição	With-and-without method O método consiste em estimar o valor justo de um ativo pela diferença entre o valor desse ativo em dois cenários: um cenário considerando a existência do ativo em questão e outro, considerando sua inexistência.

Me Salva! Edupass P2D Geekie Escola da Inteligência	Marca	Relief-from-royalty method O método considera o desconto estimado de pagamentos de royalties que se espera que sejam evitados como resultado das marcas adquiridas.
Me Salva! Eduqo Edupass WPensar	Software	Replacement cost O método considera o valor que deveria ser pago pela entidade no presente momento de acordo com seu valor atual.
Me Salva! Eduqo P2D	Plataforma de educação	Replacement cost O método considera o valor que deveria ser pago pela entidade no presente momento de acordo com seu valor atual.
Studos Escola da Inteligência	Sistema educacional	Relief-from-royalty method O método considera o desconto estimado de pagamentos de royalties que se espera que sejam evitados como resultado do sistema de ensino adquirido.

(j) Contribuição das empresas adquiridas na receita e lucro

A receita líquida individual e o lucro líquido desde a data de aquisição até o final de cada período para todas as combinações de negócios são apresentados abaixo:

	31 de dezembro de 2021			
	Me Salva!	Eduqo	Edupass	P2D
Receita líquida total	6.929	2.511	434	38.081
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(4.961)	988	(505)	7.497

A receita total e o lucro e o lucro líquido da Companhia são apresentados a seguir em uma base pro-forma, assumindo que as aquisições ocorreram no início do ano de cada aquisição:

	2021
Total receita líquida	664.893
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda	(109.864)

Esta informação financeira pró-forma é apresentada apenas para fins informativos e não pretende representar o que os resultados das operações da Companhia teriam sido se tivesse concluído a aquisição na data assumida, nem é necessariamente indicativa dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021

Caixa e depósitos bancários	44	-	11.658	19.944
Aplicações financeiras (a)	11.180	28.737	190.445	190.904
	11.224	28.737	202.103	210.848

(a) Caixa e equivalentes de caixa correspondem a certificados de depósito bancário ("CDB") de instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras eram representadas por títulos de renda fixa remunerados à taxa média de 81,90% (2021: 96,7%) do CDI. Essas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aplicações financeiras (a)	4.238	280.723	422.140	1.013.550
Outras	-	-	506	506
	4.238	280.723	422.646	1.014.056
Circulante	4.238	276.229	391.785	973.294
Não circulante	-	4.494	30.861	40.762

(a) As aplicações financeiras correspondem a investimentos indexados ao CDI e geridos por instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2022, o rendimento médio dessas aplicações equivale a 73,54% (2021: 102,5%) do CDI.

7 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2022	2021
Contas a receber de clientes pela venda de material didático	933.894	676.787
Contas a receber de partes relacionadas (nota 10)	8.255	3.608
	942.149	680.395
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(85.262)	(87.132)
	856.887	593.263

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a composição da carteira de clientes por idade de vencimento está assim representada:

	Consolidado	
	2022	2021
A vencer	777.469	567.490
Vencidos	164.680	112.905
1 a 60 dias	40.719	15.383
61 a 90 dias	16.314	8.403

91 a 120 dias	10.710	10.347
121 a 180 dias	18.346	16.284
Acima de 180 dias	78.591	62.488
	942.149	680.395

O Grupo revisa a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa pelo menos duas vezes por ano após uma revisão detalhada dos saldos de contas a receber e perfis históricos de pagamento, e avaliação dos fatores de risco prospectivos. A administração acredita que todos os saldos remanescentes a receber são totalmente recuperáveis.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	(87.132)	(63.434)
Adições/Reversões	2.247	(26.610)
Contas a receber baixadas durante o exercício como incobráveis	(377)	2.912
Saldo no final do exercício	(85.262)	(87.132)

8 Estoques

	Consolidado	
	2022	2021
Material didático	135.876	75.778
Conteúdo educacional	94.089	71.314
Estoques de uso e consumo	2.204	2.128
Estoques em poder de terceiros	21.891	9.362
	254.060	158.582

O material didático é apresentado líquido de provisão para perda. O movimento na provisão para perda de estoque para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021 foi o seguinte:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	(25.715)	(7.510)
Constituição de provisão	(40.671)	(26.778)
(-) Reversões	7.763	8.573
Saldo no final do exercício	(58.623)	(25.715)

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRRF sobre aplicações financeiras (a)	714	7.800	7.416	3.079
IRPJ e CSLL a recuperar	2.379	-	18.617	11.400
PIS e COFINS a recuperar	-	-	30.695	44.097
INSS a recuperar	-	-	18.215	-
Outros	778	-	3.331	2.451
	3.872	7.800	78.274	61.027
Circulante	2.379	6.902	67.166.013	38.811

Não circulante	1.492	898	11.108	22.216
----------------	-------	-----	--------	--------

(a) Imposto de renda retido sobre aplicações financeiras (IRRF) a ser utilizado para compensar os impostos federais a pagar.

10 Partes relacionadas

A tabela abaixo resume os saldos e transações com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo				
Contas a receber				
Livraria ASC Ltda. e Educadora ASC Ltda. (a)	-	-	6.602	3.546
OISA Tecnologia e Serviços Ltda. (d)	-	-	-	62
	-	-	7.610	3.608
Dividendos a receber				
SAE Digital S.A.	-	1.341	-	-
	-	1.341	-	-
Outras contas a receber				
Arco Instituto de Educação. (b)	-	-	1.526	1.373
	-	-	1.526	1.373
Partes relacionadas				
SAE (c)	-	1.603	-	-
Empréstimos – Geekie (c)	-	-	-	4.572
Edupass	-	-	-	65
Eduqo	-	-	-	4
OISA Tecnologia e Serviços (d)	-	-	-	-
Arco Platform Limited (e)	129.412	11.560	214.154	87.037
Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino	-	13.490	-	-
Acionistas minoritários – EI (f)	-	-	3.956	6.750
	129.412	26.653	3.956	98.428
Circulante	137	15.093	7.121	7.369
Não circulante	129.275	11.560	210.989	91.059
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Passivo				
Adiantamentos de clientes				
Livraria ASC Ltda. e Educadora ASC Ltda. (a)	-	-	-	(9)
	-	-	-	(9)
Dividendos a pagar				
SAE Digital S.A.	5.699	5.699	5.699	5.699
	5.699	5.699	5.699	5.699
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita				
Livraria ASC Ltda. e Educadora ASC Ltda. (a)	-	-	8.606	8.831
OISA Tecnologia e Serviços Ltda. (d)	-	-	-	226
Receita financeira				
Geekie (c)	273	-	273	210
OISA Tecnologia e Serviços (d)	-	19	-	19

Arco Platform Limited (e)	-	5.002	-	5.002
Acionistas minoritários – EI (f)	498	-	498	336
	<u>771</u>	<u>5.021</u>	<u>771</u>	<u>5.567</u>

- (a) Transações comerciais com de venda de material didático entre a Arco Ventures e International School para a Livraria ASC Ltda. e Educadora ASC Ltda. O prazo médio de recebimento de 60 dias após o faturamento. As transações são precificadas com base no preço do contrato na data da venda. O preço aplicado é equivalente ao preço praticado no mercado, sendo transações competitivas.
- (b) O Arco Instituto foi fundado pela Arco, sendo uma associação sem fins lucrativos com o propósito de suportar e impulsionar a educação através da geração de conhecimento. A Companhia possui o saldo a receber do Instituto referente ao valor a ser reembolsado de despesas que foram pagos pela Arco. Os valores não estão sujeitos a encargos, e o pagamento do valor referente às operações em 2021 ocorreu em julho de 2022. O valor da dívida em dezembro está relacionado com a operação em 2022.
- (c) Em 17 de janeiro de 2019, o Grupo emprestou R\$ 4.000 à Geekie Partners S.A., acionista controladora da Geekie, através de um contrato de empréstimo com vencimento em junho de 2022 e juros de 110% do CDI. A participação do Grupo no capital social da Geekie foi dada em garantia da transação. O empréstimo foi liquidado no momento da aquisição da parcela remanescente da participação da Geekie em 2022.
- (d) Em 23 de outubro de 2020, a Arco emprestou R\$ 5.000 à empresa OISA Tecnologia e Serviços Ltda. (“ISAAC”), uma coligada do Grupo que tem em comum um membro do pessoal-chave da administração. A entidade desenvolve projeto para auxiliar escolas na gestão financeira e administrativa. De acordo com os termos contratuais, o valor tem vencimento em fevereiro de 2021 e juros de 100% do CDI. Durante 2021, a Arco reconheceu R\$ 19 de receita de juros. Porém, em janeiro a Arco Platform decidiu comprar uma participação minoritária da Inco (controladora da Oisa), que decidiu liquidar o passivo que estava em aberto. Desta forma, em 31/12/2022 não existe mútuo em aberto com a empresa.
- (e) Valor concedido à única acionista da Arco Brasil, a título de mútuo com vencimento de março de 2023 com incidência de 100% do CDI.
- (f) Valor devido pelos acionistas minoritários da Escola da Inteligência, com taxa de juros de 100% CDI e vencimento em maio de 2023. Durante o exercício, a Arco reconheceu R\$ 4 de receita de juros.

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração corresponde a:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Benefícios de empregados de curto prazo	-	-	229.916	60.845
Plano de remuneração baseado em ações	16.081	517	58.089	86.809
	<u>16.081</u>	<u>517</u>	<u>288.005</u>	<u>147.654</u>

A remuneração do pessoal-chave da administração inclui benefícios de curto prazo dos empregados, compostos por salários, bônus, custos trabalhistas e sociais e outros benefícios de curto prazo.

Alguns diretores também participam do plano de remuneração baseado em ações da Companhia.

11 Investimentos

(a) Composição da conta

O quadro abaixo apresenta os saldos contábeis em empresas controladas.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021

Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.	2.474.873	2.470.990	-	-
SAE Digital S.A.	139.769	102.768	-	-
Tera Treinamentos Profissionais Ltda.	-	-	12.722	14.648
Bewater Ventures I GA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	-	-	11.214	9.804
	2.614.642	2.573.758	23.936	24.452

(b) Movimentação em controladas

	CBE S.A.	SAE Digital S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.575.020	82.116	1.657.136
Aumento de capital	970.384	16.500	986.884
Dividendos distribuídos	-	(1.207)	(1.207)
Equivalência patrimonial	(80.035)	5.080	(74.955)
Ações restritas – reflexo	5.621	279	5.900
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.470.990	102.768	2.573.758
Aumento de capital	-	19.200	19.200
Dividendos distribuídos	-	(6.033)	(6.033)
Equivalência patrimonial	10.004	23.708	33.712
Ações restritas – reflexo	(6.122)	127	5.995
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.474.873	139.769	2.614.642

(c) Investimentos em controladas

As principais informações sobre as controladas, as quais possuem exercício social também encerrado em 31 de dezembro, estão apresentadas a seguir. As informações quanto à natureza e percentual de participação estão descritas na nota 2.2.

Em 31 de dezembro de 2022

	Ativo Investida	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas	Custos e despesas	Resultado
Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.	1.540.551	4.200.290	1.521.643	1.744.330	2.474.868	1.210.568	(1.200.564)	10.004
SAE Digital S.A.	130.704	81.460	57.580	8.778	145.806	167.975	(144.267)	23.708

(d) Investimentos em outras companhias

Bewater Ventures I GA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Bewater”)

Em 24 de julho de 2020, a Companhia adquiriu 9.670 cotas classe B da Bewater Ventures I GA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo administrado pela Paraty Capital. Na data da transação, a Companhia pagou o valor total de R\$ 9.670, correspondente a uma participação total de 14,5% na Bewater.

Em 2 de fevereiro de 2021, a Bewater realizou um novo aporte de capital, na qual a Companhia adquiriu mais 27 cotas classe B, resultando em uma participação de 11,1% no fundo devido à diluição de sua participação. Em 12 de agosto de 2021, a Bewater realizou um novo investimento, na qual a Companhia adquiriu mais 16 cotas classe B, resultando em uma participação de 11,0% no fundo.

O fundo fez um investimento minoritário no Grupo A, empresa que fornece soluções educacionais para o ensino superior. O investimento na Bewater é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Tera Treinamentos Profissionais Ltda (“Tera”)

Em 9 de abril de 2021, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Tera Treinamentos Profissionais Ltda, empresa que oferece cursos profissionalizantes voltados para o desenvolvimento de habilidades digitais, segundo o qual foram adquiridas 8.234 ações, equivalentes a 23,43% do capital social total da Tera, no valor total de R\$ 15.000. Com base no acordo firmado, a Companhia não detém o controle da Tera, mas exerce significativa influência sobre a entidade.

12 Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Instalações	Benfeitorias	Outros	Total
Custo								
Em 31 de dezembro de 2020	1.991	307	3.929	12.895	123	14.478	6.722	40.445
Aquisições	453	-	759	56.290	112	1.381	1.083	60.078
Alienações	(67)	-	(222)	(432)	-	-	(415)	(1.136)
Combinação de negócios	10	-	65	413	-	50	-	538
Em 31 de dezembro de 2021	2.387	307	4.531	69.166	235	15.909	7.390	99.925
Aquisições	251	-	657	8.206	-	3.794	1.414	14.322
Alienações	(39)	(11)	(281)	(3.015)	(59)	-	-	(3.405)
Em 31 de dezembro de 2022	2.599	296	4.907	74.357	176	19.703	8.804	110.842
Depreciação								
Em 31 de dezembro de 2020	(253)	(126)	(706)	(3.661)	(35)	(4.616)	(4.961)	(14.358)
Depreciação do exercício	(391)	(72)	(478)	(4.529)	(16)	(4.419)	(2.021)	(11.926)
Depreciação de alienações	32	-	26	185	1	-	-	244
Em 31 de dezembro de 2021	(612)	(198)	(1.158)	(8.005)	(50)	(9.035)	(6.982)	(26.040)
Depreciação do exercício	(398)	(64)	(616)	(22.327)	(17)	(3.929)	(1.395)	(28.746)
Depreciação de alienações	21	16	156	2.561	32	-	189	2.975
Em 31 de dezembro de 2022	(989)	(246)	(1.618)	(27.771)	(35)	(12.964)	(8.188)	(51.811)
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2020	1.738	181	3.223	9.234	88	9.862	1.761	26.087
Em 31 de dezembro de 2021	1.775	109	3.373	61.161	185	6.874	408	73.885
Em 31 de dezembro de 2022	1.610	50	3.289	46.586	141	6.739	616	59.031

O Grupo avalia, em cada data de relatório, se existe uma indicação de perda ao valor recuperável de ativos. Se existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não há indícios de perda ao valor recuperável do ativo imobilizado e por isso, não foi constituída provisão.

13 Arrendamento mercantil

O balanço patrimonial apresenta os seguintes valores relacionados aos arrendamentos:

	Consolidado	Consolidado
	2022	2021
Direito de uso		
Propriedades	68.064	35.221
Máquinas e equipamentos	632	739
	68.696	35.960
Arrendamento mercantil		
Circulante	34.329	20.122
Não circulante	42.576	22.996
	76.905	43.118

A seguir, são apresentados os valores contábeis dos ativos e passivos de arrendamento com direito de uso o Grupo e os movimentos durante o período:

	Direito de Uso	Arrendamento mercantil
Em 31 de janeiro de 2020	30.022	35.220
Adições	22.146	22.146
Alienações	(334)	(329)
Modificação da concessão (a)	200	200
Despesa de depreciação	(16.456)	-
Combinação de negócios	382	382
Despesa de juros	-	4.795
Pagamentos de arrendamentos	-	(15.729)
Descontos de arrendamentos	-	(273)
Pagamento de juros	-	(3.294)
Em 31 de dezembro de 2021	35.960	43.118
Adições	54.848	54.848
Alienações	-	-
Modificação da concessão (a)	13	13
Despesa de depreciação	(22.125)	-
Combinação de negócios	-	-
Despesa de juros	-	4.422
Pagamentos de arrendamentos	-	(21.485)
Descontos de arrendamentos	-	(21)
Pagamento de juros	-	(3.991)
Em 31 de dezembro de 2022	68.696	76.904
Taxa média de depreciação em 2021		29,4%
Taxa média de depreciação em 2022		31,9%

(a) Refere-se a ajustes de preços que ocorrem anualmente, conforme definido nos contratos de locação.

O Grupo celebrou contratos de alienação fiduciária com o Banco Safra S.A. no valor de R\$ 10.903 para garantir o pagamento devido nos contratos de locação do escritório de São Paulo. Esses contratos são calculados considerando taxas de 1.95% ao ano e são reajustados anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

O Grupo reconheceu uma despesa de aluguel de arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor de R\$ 2.673 no período findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.673 em 2021).

14 Intangível

	Ágio	Licença de comercialização	Carteira de clientes	Sistema educacional	Direitos autorais	Licença de uso de software	Marcas	Plataforma de educação	Acordo de não competição	Em andamento	Total
Custo											
Em 31 de dezembro de 2020	1.394.351	15.263	322.143	280.998	29.460	45.317	476.354	170.348	11.856	1.857	2.747.947
Aquisições	-	-	-	-	7.914	43.569	101	75.516	985	23.233	151.318
Baixas	-	-	-	-	-	(9)	-	(252)	-	-	(261)
Combinação de negócio	622.502	-	26.197	45.138	179	10.023	66.250	39.771	5.271	-	815.331
Alocação final de preço	(66.952)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(66.952)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	23.018	-	(23.018)	-
Em 31 de dezembro de 2021	1.949.901	15.263	348.340	326.136	37.553	98.900	542.705	308.401	18.112	2.072	3.647.383
Aquisições	-	-	-	-	9.580	37.355	14.312	93.675	832	9.447	165.201
Alocação final de preço	975	-	-	-	-	-	-	-	-	-	975
Transferências	-	-	-	-	15.635	-	-	(5.156)	-	(10.479)	-
Em 31 de dezembro de 2022	1.950.876	15.263	348.340	326.136	62.768	136.255	557.017	396.920	18.944	1.040	3.814.383
Amortização											
Em 31 de dezembro de 2020	-	(6.818)	(38.237)	(49.175)	(18.103)	(9.741)	(27.315)	(46.164)	(2.757)	-	(198.310)
Amortização	-	(1.735)	(35.368)	(33.682)	(8.031)	(16.561)	(26.559)	(66.970)	(3.214)	-	(192.120)
Baixa de amortização	-	-	-	-	-	11	-	239	-	-	250
Em 31 de dezembro de 2021	-	(8.553)	(73.605)	(82.857)	(26.134)	(26.291)	(53.874)	(112.895)	(5.971)	-	(390.180)
Amortização	-	(1.974)	(37.734)	(36.420)	(11.422)	(24.844)	(31.386)	(92.012)	(4.054)	-	(239.846)
Em 31 de dezembro de 2022	-	(10.527)	(111.339)	(119.277)	(37.556)	(51.135)	(85.260)	(204.907)	(10.025)	-	(630.026)
Saldo líquido											
Em 31 de dezembro de 2020	1.394.351	8.445	283.906	231.823	11.357	35.576	449.039	124.184	9.099	1.857	2.549.637
Em 31 de dezembro de 2021	1.949.901	6.710	274.735	243.279	11.419	72.609	488.831	195.506	12.141	2.072	3.257.203
Em 31 de dezembro de 2022	1.950.876	4.736	237.001	206.859	25.212	85.120	471.757	192.013	8.919	1.040	3.183.533

(a) Ágio

	Consolidado	
	2022	2021
Core	1.475.141	1.474.166
Suplemento	475.735	475.735
	1.950.876	1.949.901

O ágio é monitorizado pela gestão ao nível da unidade geradora de caixa, que é a mesma dos dois segmentos operacionais.

O Grupo realizou análise do valor recuperável de ativos 31 de dezembro de 2022 e 2021. O Grupo testa pelo menos anualmente a recuperabilidade do valor contábil dos ativos. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de pressupostos, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa futuros que representam a melhor estimativa do Grupo.

O cálculo do valor em uso é baseado em projeções de fluxo de caixa e orçamentos financeiros aprovados pela administração por um período de cinco anos. Os fluxos de caixa além do período de cinco anos foram extrapolados usando uma taxa de crescimento estimada. A taxa de crescimento não excede a taxa média de longo prazo da indústria. O valor justo calculado para o segmento Core em 2022 foi de R\$ 3.688.516 (2021: R\$ 3.695.227). Já o valor justo calculado para o segmento Suplementar em 2022 foi de R\$ 1.491.994 (2021: R\$ 1.758.097).

Não houve redução no valor recuperável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Os cálculos do valor em uso foram baseados no modelo de fluxo de caixa descontado e baseiam-se nas seguintes premissas para esses segmentos:

	Taxa de crescimento		Taxa de crescimento na perpetuidade		Taxa de desconto	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Core	10,3%	13,8%	3,0%	3,3%	13,2%	11,7%
Suplemento	18,0%	16,4%	3,0%	3,3%	14,5%	12,9%

Uma diminuição na margem bruta estimada pela administração usada no cálculo do valor em uso para o segmento operacional Core em 31 de dezembro de 2022, para 76,5%, não resultaria no reconhecimento de uma redução ao valor recuperável do ágio. Além disso, a Companhia realizou a mesma análise para o segmento operacional Suplementar, uma queda para 79,4% e concluiu que não teria resultado no reconhecimento de impairment do ágio.

Além disso, um aumento para 11,7% na taxa de desconto estimada da administração aplicada às projeções de fluxo de caixa do segmento operacional Core para o exercício

encerrado em 31 de dezembro de 2022 não teria resultado no reconhecimento de uma desvalorização do ágio.

Além disso, a Companhia realizou a mesma análise de sensibilidade para o segmento operacional Suplementar (13,0% em vez de 12,4%) e concluiu que não teria resultado no reconhecimento de uma desvalorização do ágio.

Não houveram impairment de ágio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021.

(b) Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis, exceto o ágio, são avaliados separadamente por cada aquisição e são amortizados de acordo com as suas vidas úteis. A vida útil e os métodos de amortização desses outros intangíveis são revisados e ajustados a cada ano financeiro e ajustados apropriadamente se necessário.

A estimativa de vida útil dos ativos intangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são:

	Anos
Licença de comercialização	10
Carteira de clientes	5 a 16
Sistema Educacional	3 a 10
Direitos autorais	3
Licença de uso de software	2 a 5
Marcas	10 a 20
Plataforma educacional	3 a 10
Acordo de não competição	2 a 5

Para os anos de 2022 e 2021 não houve indicadores de que os ativos intangíveis da Companhia com vida definida pudessem estar prejudicados.

15 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

	Taxa	Vencimento	2022	2021
Empréstimo bancário	100% CDI + 2,7% pa	Janeiro/2022	-	201.990
Empréstimo bancário	8,1% pa	Março/2022	-	310
Debêntures (c)	100% CDI + 1,7% pa	Agosto/2023	-	919.704
Empréstimo bancário (a)	3,8% pa	Outubro/2023	23	62
Empréstimo bancário	3,8% pa	Outubro/2023	-	90
Empréstimo bancário	3,8% pa	Novembro/2023	44	49
Empréstimo bancário	USD + 2,4% pa	Outubro/2024	38.484	61.649
Debêntures (b)	100% CDI + 2,3% pa	Agosto/2027	1.266.534	-
			1.305.085	1.183.854
Circulante			94.466	222.961
Não circulante			1.210.619	960.893

- (a) Em 30 de outubro de 2020, a WPensar, controlada do Grupo, firmou contrato de empréstimo no valor de R\$ 63 para capital de giro, a ser liquidado em 30 parcelas no período de junho de 2021 a novembro de 2023. O empréstimo vence juros a uma alíquota igual a 3,8% ao ano.
- (b) As debêntures arcam com juros de 100% CDI + 2,3% ao ano, que se acumularão e também serão pagos semestralmente, com o primeiro pagamento em 3 de fevereiro de 2023 e o último pagamento em 3 de agosto de 2027. O valor será liquidado em 3 parcelas em agosto de cada ano de 2025 até 2027. As debêntures são garantidas pela Arco Educação S.A.
- (c) Este valor está relacionado à emissão de debêntures em agosto de 2021 para pagar o valor devido na aquisição do COC e Dom Bosco com vencimento em uma única parcela em 25 de agosto de 2023. As debêntures têm juros de 100% CDI + 1,7% ao ano e são garantidas pela Arco Educação S.A. O montante foi liquidado em agosto de 2022, quando da emissão da 2ª emissão de debêntures mencionada no item (b) acima.

O contrato de debêntures prevê cláusulas financeiras, tais como: cláusulas financeiras, incluindo o atingimento de um índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida (excluindo o saldo dos títulos conversíveis) por EBITDA ajustado inferior a 4x em 31 de dezembro de 2022; inadimplência sobre as obrigações financeiras do contrato, falência ou liquidação da empresa, incapacidade de executar as operações de aquisição, fusão, venda ou alienação de seus ativos, divulgação das demonstrações financeiras.

Movimentação do exercício:

	Controladora	Consolidado	
	2022	2022	2021
Saldo do início do exercício	201.990	1.183.854	316.497
Captação	-	1.200.000	960.004
Custos de transação	-	(11.020)	(8.550)
Combinação de negócios	-	-	210
Despesa de juros	-	247.835	44.292
Pagamento de juros	(1.990)	(164.536)	(20.275)
Pagamento de principal	(200.000)	(1.120.068)	(109.815)
Variação cambial	-	(30.980)	1.491
Saldo do final do exercício	-	1.305.085	1.183.854

16 Instrumentos financeiros derivativos

O detalhamento das considerações contingentes e instrumentos financeiros derivativos decorrentes das combinações de negócios e aquisições de investimentos em coligadas e *joint ventures* está assim apresentada:

	Consolidado	
	2022	2021
Ativos		
Swap Geekie (a)	8.193	861
	8.193	861
Circulante	3.693	301
Não circulante	4.500	560

- (a) Em 27 de novembro de 2020, o Grupo adquiriu o controle da Geekie e tal investimento passou a ser uma subsidiária consolidada da Arco conforme descrito na nota 4.c). Na mesma data, o Grupo desreconheceu o instrumento financeiro derivado e reconheceu um passivo financeiro pela obrigação de adquirir a participação remanescente na Geekie conforme descrito na nota 17.

Em 11 de novembro de 2021, a subsidiária da Companhia, Geekie, celebrou contratos de swap para proteger um empréstimo em moeda estrangeira, com vencimentos entre fevereiro de 2022 e outubro de 2024, que o ativo final recebe, em média, dólar acrescido de 2,45% ao ano e na posição de passivo paga, em média, CDI mais 1,7% ao ano.

17 Contas a pagar de aquisição societária

O detalhamento de ativos e passivos originados a partir de uma combinação de negócios e de investimentos em coligadas é a seguinte:

	Consolidado	
	2022	2021
Aquisição da Internacional School (a)	424.884	379.501
Aquisição da NS Educação Ltda. (b)	371	6.126
Aquisição da Positivo (c)	636.172	754.451
Aquisição da Studos	-	5.472
Aquisição da EI (d)	282.257	234.493
Aquisição da Geekie (e)	19.036	224.759
Aquisição da Me Salva! (f)	10.747	21.880
Aquisição da Eduqo (g)	11.662	18.145
Aquisição da Edupass (h)	6.074	23.959
	1.391.203	1.668.786
Circulante	1.060.746	799.553
Não circulante	330.457	869.233

- (a) O saldo a pagar está sujeito a um processo de arbitragem e será pago quando a arbitragem mencionada na Nota 27 for concluída. O saldo a pagar é baseado no EBITDA realizado para os anos letivos de 2019 e 2020. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reconheceu R\$ 44.863 de juros.
- (b) Esse valor foi retido para quaisquer passivos contingentes que possam surgir, cujo pagamento final será liberado em janeiro de 2023. Até 30 de dezembro de 2022, a Companhia pagou R\$ 6.131 referentes ao valor devido ajustado com base na taxa de juros dos Certificados Interbancários de Depósito (CDI). Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu R\$ 376 de despesas com juros em despesas financeiras na demonstração do resultado.
- (c) O saldo representa o remanescente do preço de aquisição e será pago anualmente em novembro ao longo de 3 anos (25% a pagar em 2022 e 75% a pagar em 2023 e 2024). O pagamento é garantido por carta de fiança através de alienação fiduciária de 20% das ações da CBE e 100% das ações da SAE. O valor em aberto é atualizado pelo CDI. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu R\$ 89.304 de juros.
- (d) Este valor está relacionado à aquisição dos 40% restantes de participação na EI e será pago em maio de 2023 sujeito ao reajuste de preço. Esse valor está registrado a valor presente utilizando uma taxa de juros estimada de 12,3% (13,4% em 2021).

Em 14 de maio de 2021 a Companhia concluiu a primeira etapa da aquisição da Escola da Inteligência com o pagamento de R\$ 88.000, que somados aos R\$ 200.000 pagos em dezembro de 2020, referem-se aos 60% de participação no negócio adquirido.

A última parcela é paga em 31 de maio de 2023 por 6 vezes o valor contábil do ACV da EI para 2023 mais a geração de caixa e multiplicado por 40%.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reconheceu R\$ 30.662 de juros e as contas a pagar diminuíram R\$ 20.394.

- (e) O passivo financeiro é registrado a valor presente do valor estimado a pagar ao acionista não controlador no exercício da compra da participação remanescente utilizando uma taxa de juros estimada de 13,2% (13,7% em 2021). O preço de exercício será calculado para dois conteúdos diferentes ("Geekie One" e "Geekie Others") e é determinado pelo maior entre:

Geekie One: 8 vezes o valor contábil do ACV da Geekie para 2022 menos a dívida líquida, multiplicado pelos juros restantes dos vendedores; ou 0,65 vezes o múltiplo do valor patrimonial do ACV da Companhia para 2022, multiplicado pelo ACV da Geekie para 2022, menos dívida líquida, multiplicado pela participação remanescente dos vendedores. O valor vence em 1º de junho de 2022.

Geekie Others: 8 vezes a receita da Geekie em 2022 multiplicada pelo interesse restante dos vendedores; ou 0,65 vezes o múltiplo do valor contábil do ACV da Companhia para 2022, multiplicado pela receita da Geekie para 2022, multiplicado pela participação remanescente dos vendedores. O valor vence em 6 de janeiro de 2023.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu R\$ 12.978 de juros e as contas a pagar aumentaram R\$ 5.237, devido ao aumento no valor contábil do ACV esperado do produto Geekie One para 2022

- (f) O passivo é composto pelo valor presente do saldo a pagar dos 40% restantes de participação na Me Salva!, acrescido do valor retido definido em contrato. O saldo é reconhecido a valor presente, utilizando uma taxa de desconto de 13,3%. O pagamento da parcela retida é de R\$ 1.243 e será feito em 4 parcelas anuais iguais, com início em junho de 2022. O pagamento da segunda etapa será feito em 2025 e o preço de aquisição de 40% é calculado com base sobre a receita estimada para 2024 multiplicada por 3, menos a dívida líquida. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reconheceu uma despesa de juros de R\$ 2.090 e as contas a pagar diminuíram em R\$ 12.739.
- (g) O passivo é composto pelo valor presente do saldo a pagar das parcelas em aberto para liquidação da participação de 100% adquirida da Eduqo, acrescido dos reajustes de preço e valor de earn out definidos em contrato. O saldo é reconhecido a valor presente, utilizando uma taxa de desconto de 13,7%. O pagamento das parcelas em aberto no valor de R\$ 8.473 e o ganho de R\$ 3.190 serão efetuados em 2 parcelas anuais iguais, com início em julho de 2023. O reajuste de preço de R\$ 910 será pago em uma única parcela em julho de 2022. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reconheceu uma despesa de juros de R\$ 2.567.
- (h) O passivo é composto pelo valor presente do saldo a pagar das parcelas em aberto para liquidação da participação de 100% adquirida da Edupass, acrescido do valor de earn out definido em contrato. O saldo é reconhecido a valor presente, utilizando uma taxa de desconto de 14,5% (15,3% em 2021). O pagamento das parcelas em aberto é no valor de R\$ 891 e será feito em 2 parcelas anuais iguais, com início em setembro de 2022, enquanto o pagamento do earn out será feito em 2024, no valor de R\$ 5.183. O Earn out é calculado com base na receita estimada de 2023. Durante o exercício encerrado em 30 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu uma despesa com juros de R\$ 912 em despesas financeiras na demonstração do resultado e as contas a pagar diminuíram em R\$ 17.297.

18 Obrigações sociais e trabalhistas

	Consolidado	
	2022	2021
Bônus	38.207	30.789
Salários e encargos sociais	20.978	96.343
Provisão de férias	25.638	24.225
Outros	9.825	6.905
	94.197	158.262
Circulante	93.197	157.601
Não circulante	1.451	661

(a) Remuneração variável (bônus)

O Grupo registrou bônus relacionados à remuneração variável dos funcionários e da administração no valor de R\$ 31.402 e R\$ 24.184 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

(b) Plano de remuneração baseado em ações

(i) Plano de opção de ações – Stock options

Plano Geekie

A Geekie possui plano de opção de compra de ações próprio, concedido aos empregados eleitos pela Administração e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração.

Em 1º de dezembro de 2020, a Arco aprovou novas condições para outorga de opções de compra de ações no valor total de 31.763 ações. Este plano de opção de compra de ações, em contrato integral entre a Arco e os beneficiários, substituiu o plano anterior aprovado em 19 de dezembro de 2017.

O preço de exercício das opções outorgadas a todos os beneficiários é de R\$ 82,91 conforme determinado nos contratos de outorga. As opções de compra de ações são exercíveis a partir da data de aprovação do novo contrato de outorga, sendo considerado cumprido o período de carência naquela data. O beneficiário tem o prazo máximo para exercício das opções até 31 de março de 2022, sob pena de caducidade.

O plano de opções de ações é classificado como liquidado em caixa, uma vez que todos os funcionários da Geekie assinaram um contrato obrigatório para vender todas as opções para a Arco na data de exercício ao mesmo preço a ser pago aos acionistas vendedores não controladores.

Em 1º de junho de 2022, a Companhia liquidou o plano de opção de compra de ações no valor de R\$ 75.578 em dinheiro, conforme descrito na Nota 1.2. c).

(ii) Plano de ações restritas

Em 2019, a Companhia emitiu um novo programa de pagamento baseado em ações chamado de restricted stock units – RSU, da holding Arco Platform para funcionários registrados na Companhia. As ações emitidas estarão disponíveis para venda pelos beneficiários anualmente, nas datas de aniversário, exceto os membros do Conselho, cujas ações são restritas à venda por um ano após a aquisição

O direito do participante de receber efetivamente a titularidade das ações restritas estará condicionado à sua permanência e ao seu desempenho como funcionário, conselheiro ou diretor de qualquer empresa do grupo empresarial desde a data da outorga até a aquisição do direito. Caso um participante deixe o grupo ou não atinja a meta de desempenho proposta, o participante terá direito a receber suas ações adquiridas e um valor pro rata das ações outorgadas e não adquiridas, por referência ao período de carência em que ocorreu o desligamento e com base no número de dias que o participante foi nosso funcionário. O valor total será calculado com base na meta proposta multiplicada por uma alíquota entre 80% e 120%. Após o período de aquisição, as ações restritas têm os mesmos direitos e privilégios de qualquer acionista.

A tabela a seguir reflete a movimentação das ações em circulação desde a data da outorga até 31 de dezembro de 2022:

	Número de ações restritas
Em circulação em 31 de dezembro de 2021	142.184
Concedidas (a)	778.705
Adquiridas (b)	(179.860)
Unidade de ações restritas transferidas	(207.804)
Efetivamente perdidas	(77.208)
Estimativas de perda	(32.101)
Em circulação em 31 de dezembro de 2022	423.916

- (a) Essas ações concedidas são ajustadas de acordo com um programa de desempenho, que pode aumentar ou reduzir o número de ações que serão transferidas após o período de aquisição.
- (b) Refere-se ao total de ações cujo prazo de aquisição foi cumprido conforme definido em contrato (data de aniversário), mas ainda não repassado aos beneficiários em 31 de dezembro de 2022. As Ações Restritas serão transferidas ao participante somente após a aquisição período foi concluído ou em caso de rescisão contratual.

A despesa total de remuneração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, incluindo impostos e encargos sociais, foi de R\$ 58.603, sendo R\$ 35.846 de principal e R\$ 22.757 de impostos e contribuições), líquido da perda estimada. Esses prêmios são classificados como liquidação com a emissão de instrumentos patrimoniais (*equity settlement*).

A despesa de compensação relacionada será reconhecida de acordo com o seguinte cronograma:

<u>Data de aquisição</u>	<u>Quantidades de ações</u>	<u>Total de ações pendentes</u>
28/09/2019	197.951	-
30/06/2020	3.086	-
28/09/2020	215.709	-
31/03/2021	14.713	-
30/06/2021	3.181	-
28/09/2021	216.709	-
30/09/2021	1.967	-
31/12/2021	92.915	-
31/03/2022	32.775	-
30/06/2022	8.779	-
28/09/2022	18.758	-
30/09/2022	124.069	-
31/12/2022	190.998	-
31/03/2023	39.179	20.552
28/09/2023	1.000	-
30/09/2023	146.549	130.246
31/03/2024	43.879	13.324
30/09/2024	142.409	126.424
31/03/2025	22.500	1.297
30/09/2025	134.482	119.287
30/09/2026	14.200	12.786
Total	1.665.808	423.916

Matching program

Em 26 de fevereiro de 2021, o Comitê Consultivo do Plano de Ações Restritas da Companhia aprovou o primeiro *Matching Program* da Companhia, segundo o qual a Companhia igualará o número de ações Classe A (sem custo adicional para o participante) que foram adquiridas pelo participante na feira valor de mercado (“ações de investimento”), utilizando os valores recebidos pelo participante como incentivo de curto prazo e designados pelo conselho de administração da Companhia para serem utilizados como investimento em ações de investimento, desde que atendidas determinadas condições de aquisição.

De acordo com o programa de ações correspondentes, os participantes devem (i) ser funcionário ou prestar serviços à Companhia até cada data de aquisição, conforme estabelecido no contrato de concessão aplicável e (ii) deter as ações de investimento até cada data de aquisição. O período de carência não pode exceder cinco anos. Além disso, a cada data de aquisição, uma parcela das ações de investimento ficará livre de restrições e o participante poderá vender livremente tais ações.

Todas as ações Classe A, inclusive as ações de investimento adquiridas pelos participantes do *Matching Program*, estarão disponíveis para venda pelos beneficiários anualmente, ao longo de quatro anos, em 31 de março de cada ano.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Arco Brasil é de R\$ 2.822.728 representado por 1.665.808 ações ordinárias sem valor nominal pertencentes à Arco Platform Limited, acionista majoritária da Companhia com 99,99%.

Em 2 de dezembro de 2021, os acionistas deliberaram pelo aumento do capital social da Companhia em R\$ 617.019, mediante a emissão de 617.019.644 mil novas ações.

b. Reserva de capital

A reserva de capital pode ser utilizada para a compensação de perdas que excedam lucros acumulados e reservas de lucros e para aumentos de capital.

c. Reserva de lucros

A reserva de lucros inclui principalmente o lucro remanescente do exercício após a alocação para a reserva legal e a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios. Após reconhecimento do prejuízo do período, a reserva de lucros foi zerada.

d. Dividendos

Conforme determinado pela Lei das Sociedades por Ações, a Arco Brasil é obrigada a pagar um dividendo mínimo no valor de 25% do lucro do exercício. Qualquer valor superior a 25% deve ser mantido no patrimônio líquido e, após aprovação pelos acionistas, os dividendos podem ser considerados formalmente declarados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou prejuízo no exercício, portanto não serão registrados dividendos obrigatórios.

20 Receita líquida

	Consolidado	
	2022	2021
Venda de material didático	1.730.457	1.218.687
Outras	48.386	17.237
Deduções:		
Impostos	(3.416)	(3.850)
Receita líquida	1.775.427	1.232.074

Benefícios fiscais

O Grupo está sujeito, com uma alíquota zero, ao pagamento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre a venda de material didático. A venda de livros impressos e digitais também está isenta dos impostos municipais brasileiros e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

21 Custos, despesas, outras receitas e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo gráfico	-	-	(225.707)	(118.812)
Gastos com pessoal	-	-	(59.643)	(39.358)
Provisão para perda de estoques	-	-	(40.671)	(26.778)
Fretes	-	(4)	(48.116)	(24.831)
Depreciação e amortização	-	-	(114.133)	(55.873)
Outros	(2)	-	(12.256)	(28.755)
Custos das vendas	(2)	(4)	(500.526)	(294.407)
Gastos com pessoal	-	-	(261.723)	(210.055)
Depreciação e amortização	-	-	(102.643)	(99.459)
Vendas e marketing	(43)	-	(92.799)	(46.795)
Suporte ao cliente	-	-	(179.222)	(89.200)
Provisão para perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	-	-	2.247	(26.610)
Aluguéis de imóveis	-	-	(541)	(820)
Outros	(12)	(24)	(27.801)	(23.313)
Despesas de vendas	(55)	(24)	(662.482)	(496.252)
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Gastos com pessoal	(5.852)	12	(104.870)	(96.626)
Serviços de terceiros	(2.160)	(9.929)	(62.946)	(74.960)
Aluguéis de imóveis	(16)	-	(2.186)	(1.802)
Despesas com viagens	(82)	29	(5.586)	(1.541)
Despesas tributárias	(117)	(206)	(6.275)	(6.703)
Licença de uso de software	(164)	(74)	(9.989)	(7.411)
Plano de remuneração baseado em ações	(16.081)	(521)	(57.814)	(86.809)

Depreciação e amortização	-	-	(60.391)	(39.531)
Outros	(109)	(222)	(5.871)	376
Despesas administrativas	(24.581)	(10.911)	(315.928)	(315.007)
Outras receitas (despesas)	-	(7)	-	2.651
Outras receitas (despesas). líquidas	-	(7)	-	2.651

22 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Rendimentos de aplicações financeiras	5.408	21.185	102.427	43.859
Varição de valor justo de instrumentos financeiros derivativos (a)	-	-	3.260	1.699
Ganhos de variação cambial	-	-	36.934	435
Varição de contas a pagar aos acionistas	-	-	15.394	18.357
Rendimentos de juros	-	5.021	8.361	5.403
Outras receitas financeiras	10.948	22	23.639	9.026
Receita financeira	16.356	26.228	190.015	78.779
Varição de valor justo de instrumentos financeiros derivativos (a)	-	-	(14.788)	(838)
Varição de contas a pagar de aquisição societária (b)	-	-	(37.504)	(106.177)
Juros sobre aquisição de investimento (c)	-	-	(184.408)	(121.611)
Taxas bancárias	(7)	-	(9.197)	(8.586)
Perdas de variação cambial	-	-	(11.253)	(1.933)
Juros sobre arrendamento mercantil	-	-	(4.423)	(4.795)
Juros sobre empréstimos	107	(20.678)	(157.924)	(50.571)
Outras despesas financeiras	(806)	(6.358)	(12.773)	(11.396)
Despesa financeira	(706)	(27.036)	(432.270)	(305.907)
Resultado financeiro	15.650	(808)	(242.255)	(227.128)

- (a) Refere-se a alterações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, compreendidas por opções de compra e venda e considerações contingentes de aquisições de empresas e de investimentos em coligadas e joint ventures, conforme descrito na nota 16.
- (b) Refere-se a variações no valor das contas a pagar de aquisição societária, compreendendo as opções de compra e venda, conforme descrito na nota 17.
- (c) Refere-se, principalmente, a despesa de juros sobre passivos relacionados a combinações de negócios e investimentos em coligadas, conforme descrito nas notas 16 e 17.

23 Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	24.887	(86.709)	56.316	(98.420)
Alíquota fiscal combinada - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(8.462)	29.481	(19.147)	33.463
Ajuste para o cálculo de alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	11.462	(25.485)	-	(119)
Efeito do lucro presumido nas controladas (a)	-	-	(11.684)	3.266
Diferenças permanentes (b)	-	-	(5.839)	(4.490)
Plano de remuneração baseado em ações	93	-	93	(12.569)
Outras adições (exclusões) líquidas	(94)	(133)	8.148	(3.977)
	3.000	3.863	(29.173)	15.574
Corrente	-	-	(45.084)	(65.609)
Diferido	3.000	3.863	15.911	81.183
Despesa de imposto de renda e contribuição social	3.000	3.863	(29.173)	15.574
Alíquota efetiva	12,1%	4,4%	(49,9)%	15,8%

(a) A legislação tributária brasileira estabelece que as empresas que geram receita bruta de até R\$ 78.000 no ano fiscal anterior podem calcular o imposto de renda como um percentual da receita bruta, usando o regime de imposto de renda presumido. As controladas do Grupo adotaram esse regime tributário e o efeito do lucro presumido das controladas representa a diferença entre a tributação baseada neste método e o valor que seria devido com base na taxa estatutária aplicada ao lucro tributável das controladas.

(b) Refere-se principalmente a diferenças permanentes de despesas não dedutíveis do plano de remuneração baseado em ações.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As alterações nos ativos e passivos diferidos do imposto são as seguintes:

Controladora

	Efeito no resultado do exercício		Efeito no resultado do exercício	
	2020	2021	2021	2022
Impostos diferidos ativos				
Prejuízo fiscal	7.409	3.805	11.214	1.160
Remuneração base de ações	-	-	-	2.511
Outras diferenças temporárias	626	58	684	(671)
Total de impostos diferidos ativos	8.035	3.863	11.898	3.000

Consolidado

	Efeito no patrimônio líquido	2020	Efeito no resultado do exercício	Combinação de negócios	2021	Efeito no resultado do exercício	Combinação de negócios	2022
Impostos diferidos ativos								
Prejuízo fiscal	-	64.764	39.567	-	104.331	53.457	-	157.786
Diferenças temporárias:								
Instrumentos financeiros derivativos	-	117.393	57.198	-	174.591	31.513	-	206,104
Outras diferenças temporárias	-	46.815	14.917	3.141	64.873	29.466	-	94,335
Plano de remuneração em ações	-	6.473	(3.517)	-	2.956	2.207	-	12,584
Benefício fiscal do ágio dedutível do imposto	11.547	11.547	3.904	-	15.451	(3.345)	-	4,687
Amortização de ativos intangíveis	-	16.821	5.340	-	22.161	5.524	-	27,685
Total de impostos diferidos ativos	11.547	263.813	117.409	3.141	384.363	118.822	-	503,181
Impostos diferidos passivos								
Instrumentos financeiros derivativos	-	(9.231)	-	-	(9.231)	-	-	(9.231)
Benefício fiscal do ágio dedutível do imposto	-	(15.678)	(38.219)	-	(53.897)	(58.926)	-	(112.823)
Outras diferenças temporárias	-	(2.001)	1.993	-	(8)	(43.840)	-	(43.848)
Total de impostos diferidos passivos	-	(26.910)	(36.226)	-	(63.136)	(102.771)	-	(165.907)
Impostos diferidos ativos (passivos). líquido	11.547	236.903	81.183	3.141	321.227	16.044	-	337.272
Impostos diferidos ativos		236.903			321.227			337.272
Impostos diferidos passivos		-			-			-

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo não reconheceu ativos fiscais diferidos de imposto de renda no montante de R\$ 3.521 (2021: R\$ 4.387), em relação ao prejuízo fiscal das controladas. O reconhecimento dos ativos de imposto de renda diferidos é suportado pelas previsões do Grupo sobre a rentabilidade futura e os resultados históricos.

24 Instrumentos financeiros

O Grupo detém os seguintes instrumentos financeiros:

Ativos financeiros	Consolidado		
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
2022			
Caixa e equivalentes de caixa	-	202.103	202.103
Aplicações financeiras	36,103	386.543	422.646
Contas a receber de clientes	-	856.887	856.887
Partes relacionadas	-	3.956	7.121
Investimentos mensurados a valor justo	11.214	-	11.214
Outros ativos	-	1.526	1.526
	47.317	1.451.015	1.501.497
2021			
Caixa e equivalentes de caixa	-	210.848	210.848
Aplicações financeiras	-	1.014.056	1.014.056
Contas a receber de clientes	-	593.263	593.263
Instrumentos financeiros derivativos	861	-	861
Partes relacionadas	-	98.428	98.428
Investimentos mensurados a valor justo	9.804	-	9.804
Outros ativos	-	1.373	1.373
	10.665	1.917.968	1.928.633
Passivos financeiros	Passivos a valor justo por meio do resultado	Passivos a custo amortizado	Total
2022			
Fornecedores	-	206.775	206.775
Instrumentos financeiros derivativos	8.193	-	8.193
Contas a pagar de aquisição societária	687.849	703.354	1.391.203
Arrendamento mercantil	-	76.905	76.905
Empréstimos e financiamentos	-	1.305.085	1.305.085
	696.042	2.292.119	2.988.161
2021			
Fornecedores	-	103.293	103.293
Contas a pagar de aquisição societária	867.264	801.522	1.668.786
Arrendamento mercantil	-	43.118	43.118
Empréstimos e financiamentos	-	1.183.854	1.183.854
	867.264	2.131.787	2.999.051

Controladora			
Ativos financeiros	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
2022			
Caixa e equivalentes de caixa	-	11.224	11.224
Aplicações financeiras	-	4.238	4.238
Partes relacionadas	-	129.412	129.412
	-	144.874	144.874
2021			
Caixa e equivalentes de caixa	-	28.737	28.737
Aplicações financeiras	-	280.723	280.723
Partes relacionadas	-	27.994	27.994
	-	337.454	337.454
Passivos financeiros			
	Passivos a valor justo por meio do resultado	Passivos a custo amortizado	Total
2022			
Fornecedores	-	59	59
	-	59	59
2021			
Fornecedores	-	3.398	3.398
Empréstimos e financiamentos	-	201.990	201.990
	-	205.388	205.388

A exposição da Companhia a certos riscos associados aos instrumentos financeiros é discutida na nota 25.

A exposição máxima ao risco de crédito no final do exercício é o montante de cada classe de ativos financeiros acima mencionados.

(a) Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia designava parte de suas aplicações financeiras como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, referente ao fundo de investimento cujas aplicações foram contratadas para atingir 124,1% do CDI. A Companhia designou esses investimentos ao valor justo por meio do resultado, uma vez que os swaps existem exclusivamente para entregar um retorno fixo sobre o CDI. Este investimento foi liquidado em 2021 e nenhum outro investimento financeiro foi reconhecido ao justo valor através de resultados. Vide Nota 6 para maiores detalhes sobre as aplicações financeiras.

Montante reconhecido no resultado do exercício

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros pelo valor justo por meio do resultado são registradas nos resultados financeiros (despesas) nos resultados (ganhos de 106.379, ganhos de R\$ 861 e ganhos de R\$ 562 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente).

(b) Reconhecimento do valor justo

(i) Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo detalha os julgamentos e estimativas feitos na determinação dos valores justos dos instrumentos financeiros que são reconhecidos e mensurados pelo valor justo através do resultado nas demonstrações financeiras. Para fornecer uma indicação sobre a confiabilidade dos insumos utilizados na determinação do valor justo, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros nos três níveis.

Os ativos e passivos são medidos e reconhecidos pelo valor justo da seguinte forma:

	Hierarquia	Controladora	
		2022	2021
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	Nível 2	4.238	280.723
Consolidado			
	Hierarquia	2022	2021
Ativos financeiros			
Investimentos financeiros	Nível 2	36.103	-
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	-	861
Investments a valor justo	Nível 1	11.214	9.804
Passivos financeiros			
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	8.192	-
Contas a pagar de aquisição societária	Nível 3	687.849	867.264

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia avaliou os valores justos de seus instrumentos financeiros. Esta avaliação não indica valores justos significativamente diferentes dos montantes contabilizados. Os valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base nas informações de mercado disponíveis e nas metodologias de avaliação adequadas.

A política da Companhia é reconhecer as transferências de e para os níveis de hierarquia de valor justo no final do período de relatório.

Não houve transferências entre níveis para mensuração recorrentes de valor justo durante os exercícios da demonstração financeira.

(ii) Técnicas de avaliação utilizadas para determinar os valores justos

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- a utilização de preços de mercado cotados para instrumentos semelhantes;
- o valor justo dos derivativos é calculado com a *Black & Scholes*; e
- o valor justo dos instrumentos financeiros restantes é determinado com base na análise do fluxo de caixa descontado.

Todas as estimativas de valor justo restantes são incluídas no nível 2, exceto para a contraprestação contingente e certos contratos derivativos, onde os valores justos foram determinados com base em valores atuais e as taxas de desconto utilizadas foram ajustadas para contraparte ou próprio risco de crédito.

Se os insumos usados para mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo caem em diferentes níveis da hierarquia de valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada na íntegra no mesmo nível da hierarquia de valor justo como o insumo de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

(iii) Mensuração do valor justo usando inputs não observáveis significativos (nível 3)

A tabela a seguir apresenta as movimentações de itens do nível 3 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Consolidado		
	Instrumentos financeiros derivativos (ativos)	Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	Contas a pagar de aquisição societária
Mensuração de valor justo recorrentes:			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	(861.385)
Aquisições	-	-	(33.411)
Pagamento de aquisição	-	-	119.950
Mudanças nas contas a pagar aos acionistas societários	-	-	(87.706)
Despesa de juros	-	-	(71.664)
Ganhos no valor justo de aquisições por etapas	-	-	66.952
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	(867.264)
Pagamentos efetuados	-	-	227.231
Variação nas contas a pagar de aquisição societária	-	-	568
Juros reconhecidos	-	-	(48.384)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	(687.849)

(iv) Transferências entre nível 2 e nível 3

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021, a Companhia não transferiu nenhum instrumento financeiro do nível 2 para nível 3.

(v) Processos de avaliação

O departamento financeiro da Companhia realiza e revisa as avaliações dos itens exigidos para fins de demonstrações financeiras, incluindo os valores justos do nível 3. Discussões sobre processos de avaliação e resultados estão de acordo com os períodos de elaboração das demonstrações financeiras. Além disso, a Companhia contrata especialistas independentes para mensurar o valor justo de certos ativos financeiros.

Os principais insumos de nível 3 utilizados pela Companhia são derivados e avaliados da seguinte forma:

- As taxas de desconto para ativos financeiros e passivos financeiros são determinadas usando um modelo de preço de ativos de capital para calcular uma taxa de pré-imposto que reflita as avaliações atuais do mercado sobre o valor temporal do dinheiro e o risco específico para o ativo;
- Os ajustes de riscos específicos das contrapartes (incluindo pressupostos sobre as taxas de inadimplência de crédito) são derivados de dados de mercado observáveis de classificação de risco de crédito;
- Os fatores de crescimento dos ganhos para títulos de capital não cotados são calculados com base em informações de mercado para tipos semelhantes de empresas;
- Contraprestação contingente – os fluxos de caixa esperados são estimados com base nos termos das aquisições de investimentos (ver nota 4) e o conhecimento da entidade sobre o negócio, bem como o ambiente econômico atual.

25 Riscos

(a) Gestão de riscos financeiros

A Companhia monitora os riscos de mercado, crédito e operacional em consonância com os objetivos da gestão de capital e conta com o apoio, acompanhamento e supervisão do Conselho de administração em decisões relacionadas à gestão de capital e seu alinhamento com os objetivos e riscos. A Companhia monitora a efetividade da gestão de risco.

As análises de sensibilidade nas seções a seguir estão relacionadas à posição em 31 de dezembro de 2022.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia na gestão do capital são:

- Maximizar o valor dos acionistas;
- Garantir a continuidade operacional, para que a Companhia continue a fornecer retornos para os acionistas e benefícios para outras partes interessadas; e
- manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo do capital.

A fim de manter ou alterar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o montante dos dividendos pagos aos acionistas, devolver o capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida.

Não foram feitas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021.

(i) Risco de câmbio

A Companhia não atua fora do Brasil e não possui exposição ao risco cambial em transações comerciais, ou seja, receitas ou despesas.

(ii) Risco de liquidez

A gestão da Companhia tem a responsabilidade de mitigar o risco de liquidez. A fim de atingir seus objetivos, a administração revisa regularmente o risco e mantém as reservas apropriadas, incluindo linhas de crédito bancário com as instituições financeiras de primeira linha. A gestão monitora continuamente os fluxos de caixa projetados e reais e a combinação dos perfis de maturidade dos ativos e passivos financeiros.

Os principais requisitos para os recursos financeiros utilizados pela Companhia surgem da necessidade de efetuar pagamentos para impressão de material didático, despesas de frete, despesas operacionais, obrigações trabalhistas e sociais e outros desembolsos operacionais.

A tabela abaixo resume o perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base nos valores não descontados contratados:

		Controladora							
		Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Total	
Em 31 de dezembro de 2022									
Fornecedores		59	-	-	-	-	-	59	
		59	-	-	-	-	-	59	
		Controladora							
		Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Total	
Em 31 de dezembro de 2021									
Fornecedores		3.398	-	-	-	-	-	3.398	
Empréstimos e financiamentos		201.990	-	-	-	-	-	201.990	
		205.388	-	-	-	-	-	205.388	
		Consolidado							
		Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2022									
Fornecedores		216.445	-	-	-	-	-	-	216.445
Arrendamento mercantil		9.080	25.249	23.735	18.189	550	102	-	76.905
Empréstimos e financiamentos		88.144	14.729	18.792	397.275	397.275	397.275	623.340	1.936.830
Instrumentos derivativos		-	-	-	-	-	-	110.154	110.154
Contas a pagar de aquisição societária		447.492	613.254	326.792	3.400	265	-	-	1.391.203
		761.161	653.232	369.319	418.864	398.09	397.377	733.494	3.731.537
		Consolidado							

Em 31 de dezembro de 2021	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	103.292	-	-	-	-	-	-	103.292
Arrendamento mercantil	6.018	14.104	16.972	4.620	1.005	349	50	43.118
Empréstimos e financiamentos	207.727	15.234	941.569	19.324	-	-	-	1.183.854
Contas a pagar de aquisição societária	379.501	420.052	540.470	307.836	20.690	237	-	1.668.786
	696.538	449.390	1.499.011	331.780	21.695	586	50	2.999.050

(iii) Risco de contraparte financeira

Esse risco surge da possibilidade de que a Companhia pode incorrer em perdas devido ao padrão de suas contrapartes. Para atenuar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes.

Os limites de crédito da contraparte, que levam em conta as classificações de crédito publicadas e outros fatores, são estabelecidos para cobrir a exposição total da Companhia a uma única instituição financeira. As exposições e os limites aplicáveis a cada instituição financeira são aprovados pela tesouraria dentro das diretrizes aprovadas pelo Conselho e são revisados regularmente.

(iv) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juro é o risco do valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem devido às variações das taxas de juro do mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros do mercado refere-se principalmente aos investimentos da Companhia com taxas de juros flutuantes. A companhia é exposta principalmente às flutuações nas taxas do CDI em aplicações financeiras, partes relacionadas, contas a pagar de aquisição societária e empréstimos e financiamentos.

(v) Análise de sensibilidade

A Companhia tem uma parcela significativa de suas aplicações financeiras indexadas à variação do CDI. De acordo com as taxas de referência obtidas no website da Bolsa de Valores Brasileira - B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e projetada para 12 meses, em 31 de dezembro de 2022 a taxa do CDI era de 13,65%.

Em 31 de dezembro de 2022, a administração da Companhia estimava dois cenários das taxas do CDI em + 10% e -10%, os quais foram utilizados como base para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela administração e o efeito no resultado antes do imposto de renda:

	Exposição	Controladora	
		+10%	-10%
Caixa e equivalentes de caixa	11.180	34	(34)
Aplicações financeiras	4.238	578	(578)
Partes relacionadas	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
	Exposição	Consolidado	
		+10%	-10%
Caixa e equivalentes de caixa	190.445	2.600	(2.600)
Aplicações financeiras	422.646	5.769	(5.769)
Contas a pagar de aquisição societária	703.354	9.601	(9.601)
Partes relacionadas	3.956	54	(54)
Empréstimos e financiamentos	1.551.612	18.035	(18.035)

A Companhia realiza a avaliação do seu valor justo no final de cada exercício, a fim de contabilizar quaisquer alterações a ela, conforme divulgado na nota 22. Estes derivativos, que não são comercializados publicamente, têm condições específicas que não nos permitem apresentar uma análise de sensibilidade em relação às taxas de juros específicas ou índices de mercado.

Variações no passivo decorrentes de atividades de financiamento

Controladora	2020	Fluxos de caixa		2021	Fluxos de caixa		2022
			Outros			Outros	
Dividendos	5.699	-	-	5.699	-	-	5.699
Empréstimos e financiamentos	301.183	(119.871)	20.678	201.990	-	-	201.990
Total	306.882	(119.871)	20.678	207.689	-	-	207.689

Consolidado	2020	Fluxos de caixa		2021	Fluxos de caixa		2022
			Outros			Outros	
Dividendos	5.699	-	-	5.699	-	-	5.699
Arrendamento mercantil	35.220	(19.023)	26.921	43.118	(25.476)	59.263	76.905
Empréstimos e financiamentos	311.119	822.855	51.370	1.183.854	(95.580)	201.082	1.936.829
Total	352.038	802.342	78.291	1.232.671	(121.056)	260.345	2.019.433

Outro risco de mercado

O Grupo possui uma parcela significativa de suas contas a pagar cujo preço de exercício é determinado por múltiplos de ACV descontado a valor presente para a aquisição da participação remanescente da Escola da Inteligência, conforme descrito na nota 17.

26 Contingências

Processos judiciais

O Grupo é parte em processos trabalhistas e tributários em andamento que surgem durante o curso normal dos negócios. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses assuntos são estimadas e ajustadas periodicamente pela Administração, suportada na opinião de seus consultores jurídicos externos.

	Consolidado			
	Civil	Trabalhista	Tributário	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	465	52	849	1.366
Adições	262	720	274	1.256
Combinação de negócios	-	4	-	4
Reversões	(393)	(479)	(356)	(1.228)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	334	297	767	1.398
Adições	237	1.986	339	2.562
Reversões	(104)	(559)	(123)	(786)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	467	1.724	983	3.174

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía ações classificadas como perda possível, totalizando R\$ 11.535 (2021: R\$ 9.004), conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2022	2021
Civil (a)	8.754	7.032
Trabalhista (b)	2.781	1.972
Total	11.535	9.004

- (a) Os processos cíveis referem-se, principalmente, às reivindicações de clientes, incluindo os relacionados à quebra de contratos, entre outros.
- (b) Os processos trabalhistas aos quais o Grupo é parte foram apresentados por ex-funcionários ou funcionários de prestadores de serviços terceirizados que buscam responsabilidade conjunta para os atos dos fornecedores e prestadores de serviços do Grupo.

27 Transações não caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo realizou as seguintes atividades não caixa que não são refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora	
	2022	2021
Entrega de Ações	-	(2.591)
Efeito reflexo em investidas – plano de remuneração baseado em ações (nota 11)	-	11.351
	Consolidado	
	2022	2021
Arrendamento mercantil nota 13	54.861	22.346
Conta a termo (nota 4)	-	51.501
Pagamentos retidos de combinação de negócios (nota 4)	-	1.324
Contribuição de capital de combinação de negócios (nota 4)	-	10.000
Ajuste de preço de combinação de negócios (nota 4)	-	(7.400)
Aquisição de combinação de negócios (nota 4)	-	36.172

28 Eventos subsequentes

Decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") em matéria fiscal transitada em julgado

Em 8 de Fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu o julgamento das questões 881 e 885, decidindo por unanimidade que uma decisão final, denominada "transitada em julgado", sobre impostos pagos de forma contínua, perde automaticamente os efeitos das decisões finais e irreversíveis em caso de pronunciamento divergente e contrário, quando ocorre em regime de controle concentrado ou sob o regime de repercussão geral.

A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou quaisquer ações judiciais impactadas por esta decisão do Supremo Tribunal, uma vez que não tem quaisquer decisões

judiciais que resultem na supressão dos seus impostos, cuja matéria tenha sido posteriormente julgada em sentido contrário pelo Supremo Tribunal, numa ação de controle concentrado ou sob o regime de repercussão geral.

Além disso, a Companhia entende que a decisão não tem aplicação direta ou reflexiva para a data de base de 31 de dezembro de 2022 e continua a acompanhar a evolução da matéria.